



Cartilha **Laudelina de Campos Melo**

emancipa
MULHER


emancipa

DEPUTADA
**LUCIANA
GENRO**

 **Assembleia
Legislativa**
Estado do Rio Grande do Sul

EQUIPE EMANCIPA MULHER

Luciana Genro

Fundadora e Presidente do Emancipa Educação Popular

Joanna Burigo

Coordenadora Pedagógica e Professora

Carla Zanella

Coordenadora e Professora

Juliana Campos

Professora Voluntária de Defesa Pessoal

Luíza Eduarda dos Santos

Professora Transfeminista

Tainah Motta do Nascimento

Advogada Voluntária

Gabriela Garibaldi

Advogada Voluntária

Curso Laudelina de Campos Melo:

desenvolvido e ministrado por Winnie Bueno e Joanna Burigo em 2017; revisado e ministrado por Joanna Burigo e Carla Zanella em 2018, 2019 e 2020.

Cartilha Laudelina de Campos Melo:

desenvolvimento por Joanna Burigo, projeto gráfico e diagramação por Emanuelle Farezin; apoio Taynah Ignacio; 2020.

APRESENTAÇÃO

Luciana Genro

Deputada Estadual PSOL

Presidente do Emancipa Educação Popular

*Não basta ser mulher, é preciso ser **feminista**.*

*Não basta não ser racista, é preciso ser **antirracista**.*

Há pouco tempo a desigualdade entre homens e mulheres só era discutida nos dias em torno do oito de março. Ultimamente, entretanto, pautas de mulheres têm tomado conta dos debates políticos o ano todo. Esta é uma vitória do feminismo.

As mulheres vêm ganhando força e não aceitam mais caladas serem vítimas de discriminação, da violência, do assédio. As mulheres têm se tornado feministas e compreendido que o feminismo não é o oposto do machismo, e sim “a ideia radical de que as mulheres são seres humanos”, portanto, merecem respeito, dignidade e direitos. Infelizmente, ainda precisamos de um movimento para afirmar o óbvio.

Mas é preciso ir além. Muito do que se entende como feminismo é reflexo de movimentos voltados fundamentalmente para lutas por emancipação de mulheres brancas e cis, que negligenciam ou mesmo oprimem diversas existências e resistências desta ampla categoria, “mulher” – cujo tensionamento foi famosamente feito por Sojourner Truth e anos depois Simone de Beauvoir, e é presente na produção feminista. Pensadoras e ativistas de feminismos antirracistas, como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Audre Lorde e bell hooks têm insistido nesta questão, e finalmente estão sendo mais ouvidas. Em visita a UFBA em 2017 Angela Davis saudou o

movimento feminista negro brasileiro considerando-o importante para o que chama de “feminismo descolonizado”.

Idealizamos e fizemos acontecer a Emancipa Mulher como uma escola feminista e antirracista para contribuir na construção de um feminismo descolonizado e interseccional, cujo olhar esteja focado em políticas públicas para mulheres, priorizando as experiências e saberes das mais negligenciadas, violentadas e marginalizadas. Entre 2006 e 2016 a taxa de feminicídio de mulheres negras aumentou 15,4%, enquanto que a de não negras diminuiu 8%. Além disso o Brasil lidera o ranking de assassinatos de pessoas trans no mundo, concentrando no seu território 45% das mortes que ocorrem no planeta. A imensa maioria são mulheres. Estes dados falam por si.

Nosso feminismo é antirracista, conectado com as lutas da classe trabalhadora, e para todas as mulheres. A retirada de direitos, o desemprego e os baixos salários afetam as mulheres de forma especialmente intensa. A dupla ou tripla jornada que a maioria das mulheres enfrenta é uma realidade ainda mais cruel para mulheres da classe trabalhadora. Os múltiplos feminismos e movimentos de mulheres negras oferecem perspectivas políticas emancipatórias, e como Cinzia Arruzza e Nancy Fraser, queremos um feminismo para os 99%¹.

Depois da primavera feminista de 2015, novamente em 2018, com o movimento #EleNão, a força das mulheres ganhou as ruas brasileiras – a hashtag saiu das redes e virou palavra de ordem no mundo real. Bolsonaro ganhou, mas nós também. Ganhamos força e consciência, nos politizamos, conquistamos unidade e garra para seguir negando o autoritarismo e o patriarcado – tanto que aumentamos o número de eleitas para a Câmara dos Deputados de 10,7% em 2014 para 15% nas últimas eleições.

Se antes era raro encontrar uma mulher que se identificasse como feminista, hoje é muito comum. Apoiando-se nas conquistas das que vieram antes, as jovens feministas vêm ganhando o mundo. E vamos seguir sendo feministas até que toda a forma de opressão seja eliminada e assim tenhamos uma democracia real.

Introdução

Emancipa Mulher, Curso e Cartilha
Laudelina de Campos Melo | **8**

Seção 1

Aula Introdutória | **14**

Seção 2

Módulo 1: Históricos e Histórias | **30**

Seção 3

Módulo 2: Mulheres e o Mundo do
Trabalho | **60**

Seção 4

Módulo 3: Corpo | **65**

Seção 5

Módulo 4: Masculinidades | **69**

Seção 6

Módulo 5: Saúde | **73**

Referências | 78

Em 2017 teve início, em Porto Alegre, RS, o Curso Laudelina de Campos Melo, o primeiro da Emancipa Mulher – Escola de Formação Feminista e Antirracista. A cartilha Laudelina de Campos Melo – que você está lendo agora – foi desenvolvida a partir do material didático utilizado para compor este curso, que é a pedra fundamental da criação da Escola. Esta cartilha serve ao menos dois propósitos: como guia para o curso Laudelina de Campos Melo, ou como fonte de consulta e referências para caminhos de aprofundamento do conhecimento das perspectivas aqui abordadas.

Emancipa Mulher

Introdução

A Escola foi idealizada em 2016 por Luciana Genro, Deputada Estadual (PSOL-RS), que após completar a leitura do livro *Mulheres, Raça e Classe*, de Angela Davis² decidiu adicionar um projeto de educação feminista e antirracista pautado em formulações teóricas sobre gênero e raça à já existente estrutura de educação emancipatória, popular e gratuita da ONG Emancipa Porto Alegre, que preside desde sua fundação em 2011. A ideia foi consolidada em articulação com Winnie Bueno e Joanna Burigo que, ampliando o escopo teórico a partir de, e em referência à obra de Davis, elaboraram e ministraram a primeira edição do Curso Laudelina de Campos Melo. Em 2018 Carla Zanella integra a equipe.

Inaugurada em 2017, a Emancipa Mulher é vinculada ao Emancipa Cursinho Popular Pré-universitário e à Casa Emancipa Restinga; estamos também conectados com a Rede Emancipa de educação popular, que opera em diversas regiões e frentes, em todo o Brasil. Desde o surgimento a Emancipa Mulher realiza o Curso Laudelina de Campos Melo, bem como aulas abertas, painéis e eventos; em 2018 percorremos o RS promovendo discussões com o ciclo de conversas #FeminismoEmDebate, e também neste ano ampliamos nossa programação com as Arenas Feminista e LGBT.



2019 iniciou com aulas sobre Machismo e Assédio ministradas por Joanna Burigo e Nina Becker, e nossa primeira Aula Aberta foi a de Defesa Pessoal, de Juliana Campos com Danielle Pinho, que posteriormente ofereceram um Curso de Defesa Pessoal na escola. Neste ano ainda realizamos outras aulas abertas, participamos de painéis e eventos, e também entregamos mais uma edição do curso Laudelina de Campos Melo, tendo realizado inclusive nossa primeira formação de novas professoras – decisão que suscitou o desenvolvimento desta cartilha. 2020 iniciou com a Aula

Lorena Vicente, ministrada por Luíza Eduarda dos Santos, jornalista e transfeminista que cursou nossa formação. Em abril daremos início à quarta edição do nosso curso principal, e seguem programadas muitas mais aulas e eventos abertos ao grande público, bem como nossa participação em ações externas, para debater e estimular alianças feministas e antirracistas pela via da educação. Para ficar por dentro de todas as nossas atividades, siga nossa página no Facebook: fb.com/EmancipaMulher.

Curso Laudelina de Campos Melo

Introdução

Esta cartilha sistematiza os termos, significados e conceitos, bem como as categorias e critérios de análise empregadas no Curso Laudelina de Campos Melo, e fornece as informações, e roteiros didáticos para a confecção de aulas e referências do curso – que, por sua vez, deve ser oferecido de forma modular, o que permite flexibilidade na entrega. A cartilha oferece também um modelo sugerido para a criação de planos de aulas.

O estudo aprofundado do conteúdo referido aqui se prova indispensável para facilitadoras, e é sugerido para cursistas. Quanto a formulação de aulas, lembramos que não há obrigatoriedade, da parte das cursistas, de preparação prévia ou trabalhos extracurriculares que as ocupem fora do contexto da sala de aula. A metodologia é direcionada à interação que ocorre neste espaço, onde espera-se que a aquisição do conhecimento transmitido pelo curso aconteça.

Metodologia

Na obra que inspira a fundação da Emancipa Mulher, *Mulheres, raça e classe*, a professora e filósofa socialista estadunidense Angela Davis alerta para a necessidade da não hierarquização das opressões na confecção de críticas sociais e nas projeções de modelos de sociedade. Em 1979 Barbara Smith definiu feminismo como sendo a “teoria e prática política de libertação de todas as mulheres: mulheres racializadas, trabalhadoras, mulheres pobres, com deficiência, lésbicas, idosas, e também mulheres economicamente privilegiadas e heterossexuais.

Qualquer coisa menos do isso não é feminismo, mas sim mulheres se auto-engrandecendo”, e no mesmo ano Nancy Hartstock descreve o feminismo como sendo “um modo de análise, um método de abordar a vida e a política, uma forma de levantar questionamentos e buscar respostas, ao invés de um arcabouço de conclusões políticas sobre a opressão das mulheres”³. Estas perspectivas dialogam diretamente com a interseccionalidade. Nosso feminismo é investido na consciência interseccional que, como ensina uma de suas mais reconhecidas

proponentes, Kimberlé Crenshaw, nos permite reconhecer e fundamentar as diferenças entre nós.

A construção do conhecimento no curso Laudelina de Campos Melo deve ser feita coletivamente, abarcando as experiências das cursistas no compartilhamento de saberes teóricos. Valorizamos a interação presencial pois o diálogo é central ao nosso método pedagógico. Paulo Freire diz que a “dialogação implica na responsabilidade social e política do homem (...), num mínimo

de consciência transitiva, que não se desenvolve nas condições oferecidas pelo grande domínio⁴”, e salienta que: “...esta pedagogia, vivida na escola ou na luta política, é substantivamente democrática e, por isso mesmo, antiautoritária⁵”. A participação das cursistas na elaboração e formulação de saberes e questionamentos é essencial ao curso, ao final do qual cursistas devem compreender a centralidade do corpo e da linguagem nas reflexões críticas sobre gênero e raça.

Módulos

O programa do curso está estruturado em módulos, que aglutinam conjuntos de conteúdo e atividades didáticas, e invocam reflexão coletiva e debate estimulados pelas facilitadoras. Sendo modular, o curso pode variar em duração, porém é mandatória a ordem da sequência aqui exposta. Para cada módulo deve acontecer ao menos um encontro presencial para apresentação dos temas em estudo. Estes encontros devem ser desenvolvidos e completados conforme propostas contidas nesta cartilha. Encorajamos facilitadoras a adaptar sessões aos contextos locais. A proposta pedagógica de nossos processos de formação é criar espaços de discussão e reflexão coletiva com ideias constituídas a partir das vivências, experiências e

conhecimentos das participantes, compreendidas, quando possível, pela via dos subsídios teóricos do curso.

A promoção da inclusão e acessibilidade para a participação de mulheres com deficiência precisam ser garantidas em nossos processos de formação.

Laudelina de Campos Melo

Introdução

Por que um curso chamado Laudelina de Campos Melo?

O curso principal da Emancipa Mulher não recebeu o nome Laudelina de Campos Melo por acaso. Classe e raça são experienciados por mulheres de formas diferentes, e Laudelina lutou durante parte significativa de sua vida pelo fim da precariedade do trabalho doméstico, ocupado por uma maioria de mulheres negras brasileiras por gerações, e fundou o 1º sindicato e a 1ª associação das domésticas do País, apoiando ações educativas e atividades cujo objetivo era estimular a solidariedade entre as trabalhadoras e avançar na conquista de direitos.

Nosso propósito é honrar os legados de Laudelina e tantas mulheres citadas neste material, buscando não apenas ampliar o acesso ao conhecimento formal sobre questões de gênero e raça, mas também enriquecer os processos pedagógicos sobre estes temas. A Emancipa Mulher visa construir processos de formação com embasamento teórico que fortaleçam a participação e engajamento nos movimentos e ações políticas de mulheres.

As ferramentas que estudamos no curso, dentre outros efeitos, podem e devem nos equipar para fazer leituras feministas antirracistas da sociedade, com rigor, atenção ao Outro e ao contexto, e com memória. Acreditamos que parte da construção de um futuro justo e equânime passa por conhecer saberes como os que foram aqui sistematizados, estudá-los, dialogar e refletir sobre eles. O feminismo que queremos ver potencializado promove e luta por direitos, emancipação e autonomia, é propositivo na criação de



Laudelina de Campos Melo

mudanças sociais e culturais, e reverbera vozes historicamente silenciadas, para que todas as mulheres nos reconheçamos e sejamos reconhecidas como protagonistas de nossas próprias existências.

Esperamos que nossa comunidade se expanda para alcançar cada vez mais mulheres decididas a cooperar na direção de uma sociedade livre de racismo, machismo, LGBTQI fobia e tantas outras opressões que nos atravessam cotidianamente. Que os conhecimentos compartilhados aqui ganhem e deem significado para suas vivências, experiências e lutas diárias.

Emancipa, mulher!

Esta é a aula que inicia o Curso Laudelina de Campos Melo, e ela existe para que se estabeleça, entre facilitadoras e cursistas, re/conhecimento acerca dos termos, significados e conceitos, bem como das principais categorias e critérios de análise empregados no curso.

Roteiro para confecção da aula

Seção 1

- **Tempo sugerido:** 5h ao todo, que podem ser distribuídas em mais de uma sessão
- **Tipo de atividade:** expositiva com perguntas e respostas
- **Espaço/formação da sala:** tradicional, livre – vide abaixo
- **Materiais sugeridos:** projeção com audiovisual do conteúdo, conforme a ordem apresentada. Facilitadoras são encorajadas a preparar apresentações contendo extratos do conteúdo aqui exposto e imagens complementares, sobretudo das pensadoras mencionadas, geralmente disponíveis online.
- **Abordagem do conteúdo:** esta é uma aula expositiva cujo objetivo é apresentar os termos, significados e conceitos, bem como as principais categorias e critérios de análise empregados no curso. Na exposição – conforme informações apresentadas abaixo – facilitadoras introduzirão também o que será abordado em cada um dos módulos, conforme consta nas **Notas**.

Informações e conteúdo para confecção de aulas

1. *Quem foi Laudelina de Campos Melo?*



O objetivo é apresentar a trabalhadora doméstica e pioneira do ativismo sindical que dá nome ao nosso curso. Com informações da página Heróis de Todo Mundo¹.

A trajetória de Laudelina de Campos Melo é de luta contra racismo, machismo e exploração da classe trabalhadora. Combateu a discriminação social às empregadas domésticas exigindo melhor remuneração e igualdade de direitos sociais, e sua atuação como fundadora do primeiro sindicato das domésticas permitiu a regulamentação deste emprego.

Fatos rápidos

- Nasceu em 12 de outubro de 1904, em Poços de Caldas, Minas Gerais;
- Aos sete anos de idade, começou a trabalhar como empregada doméstica;
- Aos 16 anos deu foi eleita presidenta do Clube 13 de Maio, agremiação que promovia atividades recreativas e políticas entre os negros de sua cidade;
- Participou da agremiação Saudade de Campinas, grupo cultural negro de Santos;
- Sua militância ganhou conteúdo político e reivindicatório com sua filiação ao Partido Comunista Brasileiro, em 1936;
- Ainda em 1936, fundou a primeira Associação de Trabalhadores Domésticos do país;
- Trabalhou para a fundação da Frente Negra Brasileira;
- Participou de atividades culturais e sociais, especialmente com o Teatro Experimental do Negro (TEN);
- Criou uma escola de música e de balé;

- Trabalhou como empregada doméstica até 1954, quando abriu seu próprio negócio;
- Fundou o sindicato/associação das domésticas em Campinas;
- Referência nacional na batalha pela regulamentação dos direitos das trabalhadoras domésticas;
- Faleceu em 12 de maio de 1991 em Campinas, deixando sua casa para o sindicato da cidade.

1. Termos e conceitos essenciais do Curso Laudelina de Campos Melo

O objetivo é apresentar os termos, significados e conceitos, bem como as principais categorias e critérios de análise empregados no curso.

i. O que é Feminismo?

“Feminismo é a noção radical de que mulheres são gente” Marie Shear (1986)

Feminismo pode ser, e constantemente é definido de muitas formas – inclusive no plural, *feminismos* – visto que é um movimento tão múltiplo e diversificado quanto são as mulheres que o compõem. O feminismo – aqui no singular, como ideia abrangente – é complexo e livre de diretrizes unificadoras. Uma pessoa ou grupo não determinam como um projeto tão diverso e independente deve ou não proceder em sua totalidade.

O movimento precisa ser – e é – constantemente construído a partir do questionamento de pressupostos e truísmos antigos, e pode se autorregular na própria pluralidade, progredindo a partir de diversos pontos focais. Não nos atemos a apenas uma definição, e buscamos constantemente refletir acerca de definições múltiplas, que podem se complementar e até mesmo se contrapor.

ii. O que queremos dizer com branquitude?

Falar em branquitude é analisar criticamente a identidade racial branca – ou seja, de sujeitos que ocupam posição de privilégio racial no que diz respeito a recursos materiais e simbólicos, impulsionados pelo colonialismo e imperialismo, e

mantidos na contemporaneidade. Para entender branquitude é importante entender de que forma se constroem as estruturas fundamentais, concretas e subjetivas de poder sobre as quais desigualdades raciais se ancoram.

Sugestão de atividade

Apresentação do TEDx São Paulo *Por que queremos olhos azuis?*, de Lia Vainer Schucman, psicóloga, pós-doutora e autora do livro *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: Branquitude, Hierarquia e Poder na Cidade de São Paulo*. Após a apresentação, discussão em grupo a respeito do conceito de branquitude.



Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=EC-lywB3dEA>

iii. Raça

A raça humana é composta de mamíferos bípedes pertencentes a uma mesma espécie, que é taxonomicamente qualificada como *Homo sapiens*. Essencialismos biológicos são geralmente considerados obsoletos pelas ciências, que cada vez mais vêm desencorajando explicações raciais

para diferenciações coletivas, físicas ou comportamentais entre sujeitos e grupos humanos.

O uso da *palavra raça* pode ser problemático, sobretudo quando associado a ideologias e teorias que justificam escalas de superioridade e inferioridade. Por muito tempo o

uso do termo **raça** passou a qualificar seres humanos a partir de suas marcas e traços físicos observáveis, engendrando relações de opressão e sujeição e promovendo hierarquias de poder. O conceito de raça serve como importante ferramenta de análise social, visto que se refere a pessoas ou grupos cujas características físicas são consideradas socialmente significativas.

Para Frantz Fanon² – médico, psicanalista, filósofo e escritor martiniquense que viveu também na França e na Argélia – raça se relaciona com as formas de legitimação das relações de poder, e racismo pode

ser compreendido como elemento cultural, uma forma de inferiorização e desvalorização de um Outro que se dá através da destruição de seus signos e valores culturais – ou seja, de suas linguagens, vestuários, cultura, saberes, mitologias, crenças.

No curso Laudelina de Campos Melo gênero e raça são pensados como conceitos, construtos sociais historicamente empregados para criar e sustentar distinções entre pessoas ou grupos, ângulos de análise, e também como parte intrínseca das experiências individuais e coletivas de sujeitos.

Sugestão de atividade

Apresentar o poema musicado *Gritaram-me negra*, de Victoria Santa Cruz (1922-2014), poeta, coreógrafa, folclorista e estilista peruana. Após a apresentação, levantar as seguintes questões, em ordem:



1. Conforme questionado por Santa Cruz: “Que coisa é ser negra?”
2. Quem define o que é “ser negro” – ou ainda, “ser mulher”?
3. Se nasce mulher? Ou torna-se?

A última pergunta deve resultar em discussões sobre uma das citações mais conhecidas do feminismo – “Não se nasce mulher; torna-se”, de Simone de Beauvoir – culminando na sessão seguinte. Facilitadoras devem encorajar alunas a pensar em relação aos signos “mulher” e “negro”, seus significados, quem os significa, como, e com que consequências.

Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=RIjSb7AyPc0>

Nota: Mais definições e significados de feminismo constam na Seção 2 Módulo 1: Históricos e Histórias

iv. Afinal o que é “mulher”?

Não se nasce mulher; torna-se.



Simone de Beauvoir

Esta citação³ é do livro *O Segundo Sexo*, publicado em 1949, resultado de extensa pesquisa sobre a condição social da mulher na perspectiva filosófica do existencialismo feita pela escritora, intelectual, filósofa, ativista política, teórica social e feminista francesa Simone de Beauvoir (1914-1986). A frase indica que existem construções culturais que formam o significado, ou melhor, os significados do *significante* **mulher**, compreendendo-o como signo não apenas de imperativos biológicos, mas como resultado de processos sociais.

Os significados da *palavra* **mulher** tampouco são imanescentes, ou empregados de forma equânime através dos tempos e espaços, e a *categoria* **mulher** vem sendo

questionada, por mulheres, desde muito antes do feminismo como o conhecemos hoje.

v. Patriarcado, Misoginia e Machismo

Patriarcado: no sentido literal, significa “a regra do pai”, e o termo é usado para se referir a gestão autocrática da família por um chefe

do sexo masculino. No contexto feminista, é um termo que conceitua um sistema social em que o poder é ocupado e exercido por homens.

Nota: Mais informações sobre o discurso de Truth, e atividade relacionada constam Seção 2 Módulo 1: Históricos e Histórias

Conforme Sylvia Walby, patriarcado é “um sistema de estruturas sociais inter-relacionadas que permitem que os homens explorem as mulheres⁵”. Para bell hooks, “a conscientização feminista revolucionária enfatizou a importância de aprender sobre o patriarcado como um sistema de dominação, como se institucionalizou e como se perpetua e se mantém⁶”. O termo patriarcado pode ser e frequentemente é empregado para reconhecer e revelar as formas

da subordinação sistemática e institucionalizada de mulheres por homens.

Não todas as mulheres são subjugadas por todos os homens. Estudos de gênero exploram, dentre outros tópicos, as nuances destas relações de poder. Um exercício basilar para leituras feministas antirracistas passa pela observação destas nuances, contemplando suas relações com fatores outros, como raça e classe.

Sugestão de atividade



Esta imagem é constantemente reproduzida, sobretudo na internet, para representar os conceitos de “sociedade patriarcal” ou “família patriarcal”. Apresentar a imagem e incentivar a expressão de interpretações da mesma. Considerar que gênero, raça e classe são pilares igualmente fundamentais de análise.

Nota: É incontestável que existem diversos homens e múltiplas interpretações de masculinidade; é, porém, igualmente notável que os homens que histórica e sistematicamente ocupam e exercem posições de poder sejam homens adultos, cissexuais e brancos que, publicamente, endossam a heterossexualidade. Mais sobre masculinidades será explorado na Seção 5 Módulo 4: Masculinidades.

O conceito de patriarcado não é simples nem cabe em uma definição apenas, e embora seja frequentemente empregado nos feminismos e por feministas, não há acordos consolidados, ou mesmo amplo entendimento social sobre o que o termo significa. A filósofa britânica Carole Pateman, que trabalha com teoria política e feminismo, sugere que grande parte desta confusão existe porque o termo ainda precisa ser desvencilhado de interpretações patriarcais sobre seus significados – mas que mesmo apesar da falta de entendimento não há bons motivos para abandoná-lo⁷.

Misoginia: é o sentimento de ódio, repulsa ou aversão mórbida e patológica às mulheres e ao feminino,

“Patriarcado é o sistema, misoginia é a indicação de sua existência, machismos são seus atos. Na linguagem, no simbólico onde circulam informação e poder, encontramos evidências de todos”. (Joanna Burigo⁸, 2016)

e está diretamente relacionada com violências praticadas contra as mulheres. É considerada a principal responsável por trás de feminicídios (crime que tipifica o assassinato de mulheres por serem mulheres), mas também se configura como agressões físicas e psicológicas, mutilações, abusos sexuais, tortura e perseguições, dentre outras violências.

Machismo: são qualidades, ações ou modos misóginos, frequentemente expressos por um senso exagerado de orgulho masculino e virilidade agressiva.

vi. Gênero: significado em construção

Gênero e raça são critérios fundamentais para o entendimento que temos de nós mesmas e da sociedade, e categorias instrumentais para pensar criticamente a sociedade de forma ampla, desde o campo dos direitos humanos até o dos afetos. O que as palavras significam, e para quem? A investigação dos significados dos léxicos dos discursos sobre gênero, raça e classe – ao invés de prescrições sobre eles – é mais profícua na busca pelo conhecimento sobre a política sexual das palavras.

*Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra*⁹ é um texto que faz minuciosa introdução teórica aos estudos de gênero, escrito pela bióloga, filósofa, escritora e professora estadunidense Donna Haraway. Nele, Haraway demonstra a complexidade de se pensar em gênero *como termo*. O texto, de 1991, aborda uma vasta coleção de perspectivas teóricas sobre gênero e sexo, evidenciando as muitas tentativas de definir ambos, e revelando os erros, acertos e ausências da construção de suas gramáticas, e para a autora

decisões acerca de manter ou refutar categorias de gênero – por exemplo: mulher, homem, trans, cis – são insistências políticas. Assim, ela cauciona que explicações da categoria social “gênero” não são tarefa simples e dependem da historicização de outras categorias – como sexo, carne, corpo, biologia, raça e natureza.

No curso Laudelina de Campos Melo gênero e raça são pensados como conceitos, construtos sociais historicamente empregado para criar e sustentar distinções entre pessoas ou grupos, ângulos de análise, e também como parte intrínseca das experiências individuais e coletivas de sujeitos.

Os estudos de gênero formam um campo relativamente recente na história da produção formal de conhecimento. Gênero pode ser pensado como sendo, ao mesmo tempo, uma ordem social, as formas como organizamos a sociedade simbolicamente (sobretudo entre masculino e feminino) e um campo de estudos interdisciplinares.

vii. Cisheteronormatividade

Notas: Na Seção 5 Módulo 4: Masculinidades exploraremos o conceito de hegemonia

As investigações que têm gênero como ângulo de análise questionam um paradigma social: a cisheteronormatividade patriarcal.

Uma norma é um costume ou padrão social, ou algo que rege, regula, legisla, padroniza. Normativas são o que estabelece e prescreve as regras e preceitos das normas. Ao usarmos o termo normatividade, partimos do pressuposto de que uma norma e suas normativas estão em prática hegemônica.

A palavra normal, por sua vez, também significa algo que é usual,

ou que está dentro de uma norma. Dizemos que é natural aquilo que é próprio da natureza – e corpos, para quem e além das inscrições culturais que fazemos neles, são próprios da natureza. **A heterossexualidade é tão natural como outras manifestações de desejo, afeto, amor – ela é tornada normal porque opera como norma.** A naturalização da heterossexualidade como normal é produto dela ser uma norma cultural, não a única, ou melhor expressão da natureza humana.

Análises dos estudos de gênero não refutam imperativos fisiológicos, mas os examinam social, cultural, linguisticamente – bem como tudo isso se entrelaça em relações de poder. A ideia de que todos os

corpos podem ser categorizados como apenas masculinos ou femininos ainda é naturalizada. É também desta desnaturalização que se ocupa as investigações de gênero.

Sugestão de atividade

Exposição de conceitos¹⁰

- **LGBTQIAP+** é uma sigla que significa Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/ Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromântiques/Agênero, Pan/Poli, e mais.
- **Binário de gênero:** separação absoluta entre homem/mulher, masculino/feminino. Ainda que o imperativo fisiológico da reprodução humana dependa da complementaridade de gametas dos sexos masculino e feminino, a ideia de que existem apenas homens e mulheres não é norma rígida sequer na natureza: estima-se que 1,7% da população global seja intersexual. Já a separação absoluta entre o feminino e o masculino, como norma rígida, é puramente cultural e se transforma através dos tempos: até a década de 1950 a tradição ditava que rosa era uma cor adequada para meninos, e azul para meninas.
- **Cisgênero:** indivíduo que se identifica com o sexo biológico com o qual nasce (Ex.: pessoa que nasce com genitália feminina, cresce com características físicas femininas e adota padrões sociais ligados ao feminino – aparência, gestos, roupas, etc.)
- **Transgênero:** indivíduo que nasce com determinado sexo biológico e não se identifica (Ex.: pessoa que nasce com genitália masculina, podendo ou não crescer com as transformações características físicas masculinas, e não se identifica.)
- **Transexual:** homem ou mulher que se identifica com o gênero oposto, e pode ou não fazer emprego de signos, de tratamentos hormonais, de cirurgias de redesignação sexual ou outras intervenções;
- **Travesti:** indivíduo que nasce em um corpo masculino e identifica-se com a figura feminina. Podem ou não passar por intervenções, e geralmente há adoção do visual feminino;
- **Intersexual:** indivíduo que nasce com características sexuais físicas/

Sugestão de atividade

Apresentação do TEDx Laçador *A luta pela equidade de gênero*, de Joanna Burigo, mestre em gênero, mídia e cultura e coordenadora pedagógica da Emancipa Mulher. Após a apresentação, discussão em grupo a respeito de normativas da cisheterossexualidade – conforme vistas nos costumes, na cultura, na política.

- Exemplos: rituais de casamento, contos de fadas, filmes e livros de romance sobre casais cis e heterossexuais, maioria de homens nos governos, etc.
- Pergunta: quem, sendo cis e/ou hétero, lembra de quando precisou “sair do armário” ou “decidir” sobre a própria identidade de gênero?



Disponível em
<https://www.youtube.com/watch?v=Mig0isxPqy0>

biológicas masculinas e femininas. (Antigamente chamado de “hermafrodita”, porém esta nomenclatura é obsoleta).

- **Gênero fluído:** indivíduo que adotam identidades masculina e feminina de forma flutuante, sem estabelecer uma identidade fixa.
- **Queer:** termo abrangente que tem muitos significados e pode ser sintetizado na não-rotulação.
- **Drag queen:** não é uma identidade, mas uma forma de arte e expressão. Drag queens são personagens, de performances do feminino geralmente realizadas por homens. Também há mulheres que fazem performance do feminino como drag queens, e outras do masculino como drag kings. A transformação é feita com vestimenta, acessórios, maquiagem e gestual, e existe primordialmente como produto de entretenimento.
- **Identidade de Gênero x Orientação Sexual:** aspectos diferentes; identidade aqui significa identificação; orientação tem a ver com desejo, afeto, amor
- **Hetero – sexual ou afetivo:** atração apenas pelo sexo/gênero oposto
- **Homo – sexual ou afetivo:** atração somente pelo mesmo sexo/gênero
- **Bi – sexual ou afetivo:** atração pelos dois sexos/gêneros
- **Assexual:** não atração independentemente de sexo/gênero
- **Pronomes de tratamento:** perguntar como a pessoa gostaria de ser tratada.
- **Novos termos** podem surgir nos próximos anos para denominar os diferentes tipos de identidades de gênero. Seja qual for o gênero com o qual uma pessoa identifica-se, o importante é respeitar a individualidade do ser humano.

viii. Interseccionalidade

A interseccionalidade é um conceito que serve para avaliar as interações entre estruturas de poder, observando os efeitos e consequências de diferentes formas de dominação ou discriminação em suas intersecções – e trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas

discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

Pensadoras como as estadunidenses Patricia Hill Collins e bell hooks e a brasileira Carla Akotirene organizam argumentos sobre e ao redor do termo,

que é mais reconhecido a partir de sua conceitualização conforme uma das principais estudiosas da teoria crítica e de raça, a jurista e professora de direito estadunidense Kimberlé

Williams Crenshaw, que em 1991 a empregou no contexto da produção de teoria crítica sobre violências experienciadas por mulheres não brancas no sistema judicial dos EUA.

***“Através de uma consciência da interseccionalidade, podemos reconhecer e fundamentar as diferenças entre nós.”
Kimberlé Crenshaw.***



Kimberlé Crenshaw

Um excelente uso da interseccionalidade é como ferramenta de análise feminista, empregando-a como uma espécie de lente que permite observarmos e percebermos criticamente os pontos de encontro entre múltiplos fatores de opressão. Aplicar o conceito ao pensar e agir feministas significa compreender que mulheres experimentam opressões e violências estruturais em configurações variadas e diferentes intensidades.

A filósofa e escritora Sueli Carneiro – fundadora do Geledés Instituto da Mulher Negra e uma das principais autoras do feminismo no Brasil – lembra¹² que a organização independente de mulheres negras,

por exemplo, engendra no mínimo uma dupla militância: no movimento negro e no feminista, sensibilizando ambos para o combate ao sexismo e ao racismo, elementos estruturantes na definição de projetos de sociedade.

Plano por sessão

MÓDULO [00]	SESSÃO [00]	TURMA [se mais de uma]	DURAÇÃO
TÍTULO	Inserir título da sessão		
TEMAS	Listar temas abordados na sessão		
CONTEXTO TEÓRICO E OBJETIVO	Cursistas aprenderão sobre: • Descrever perspectivas teóricas e/ou conhecimentos que cursistas adquirirão na sessão		
RESULTADOS	Cursistas poderão: • Descrever conhecimentos e/ou habilidades que cursistas desenvolverão na sessão		

Atividade

TEMPO	CONTEÚDO	MÉTODO/ATIVIDADE	CURSISTAS	RECURSOS
Hora/minuto	Listar e/ou descrever quais serão os temas, perspectivas teóricas e objetivos desta seção da sessão. A sessão pode ter quantas seções a(s) facilitadora(s) acharem adequado.	Listar e/ou descrever quais serão os métodos e atividades desta seção da sessão. A sessão pode ter quantas seções a(s) facilitadora(s) acharem adequado. (Sugestões de atividade constam nos roteiros apresentados em cada módulo.)	Listar e/ou descrever quais serão as atividades e tarefas que tenham participação das cursistas nesta seção da sessão. A sessão pode ter quantas seções a(s) facilitadora(s) acharem adequado. (Sugestões constam nos roteiros apresentados em cada módulo.)	Materiais a serem empregados nesta seção da sessão.
Hora/minuto	Idem			
INTERVALO				
Hora/minuto	Idem			
Hora/minuto				

Avaliação da aula:

Todos os tópicos foram abordados? Os objetivos foram atingidos? Quais foram os sucessos e fracassos da sessão? Quais aprimoramentos e mudanças podem ser feitos?)

OBS: Roteiros para a confecção de aulas, atividades e recursos são sugeridos nas seções desta cartilha dedicadas a cada um dos módulos do curso.

A Aula Introdutória estabeleceu re/conhecimento acerca dos termos, significados e conceitos, bem como das principais categorias e critérios de análise empregados no Curso Laudelina de Campos Melo.

No **Módulo 1: Históricos e histórias** percorreremos narrativas e fenômenos ocorridos no Brasil, Estados Unidos e Europa, e em mais de uma cronologia, refletindo acerca dos marcos, ideias e movimentos feministas, de mulheres, de negras e negros.

Roteiro para confecção da aula

Seção 2

- **Tempo sugerido:** 10h ao todo, que se sugere que sejam distribuídas em mais de uma sessão
- **Tipo de atividade:** expositiva, com perguntas e respostas
- **Espaço/formação da sala:** tradicional, livre – vide abaixo
- **Materiais sugeridos:** projeção com audiovisual do conteúdo, conforme a ordem apresentada.
- **Abordagem do conteúdo:** este é um módulo expositivo cujo objetivo é percorrer, em três sessões, diversas chaves analíticas, teóricas ou oriundas de vivências e movimentos sociais, visando traçar um panorama da produção de conhecimento e ativismo dos movimentos feministas, de mulheres, de negras e negros. O módulo fornece, além de históricos e histórias, ferramentas conceituais para entendimento e debate acerca das múltiplas interpretações de feminismo, e enfatiza o caráter racista que pode ser observado em perspectiva histórica e contemporânea nos feminismos. É importante salientar que foram feitas escolhas acerca de quais histórias apresentar, dentre as muitas possíveis que formam os históricos dos movimentos, negros e de mulheres. Nosso critério de escolha foi por percorrer um trajeto que persiga conexões pedagógicas entre ações políticas e formulações intelectuais através de recortes do tempo/espaço.

Informações e conteúdo para confecção de aulas

O **Módulo 1: Históricos e histórias** é organizado de modo a compartilhar históricos e histórias, dos movimentos negros e de mulheres, situados em diferentes tempos e espaços. As cronologias, bem como as lutas, se entrecruzam em três sessões:

Marcos Iniciais: em que contextualizamos a incipiência de articulações intelectuais e sociais que continuam a ser relevantes nos tempos e espaços abordados nas sessões seguintes;

Ondas Feministas: em que analisamos criticamente a noção de “ondas”, ao mesmo tempo em que a utilizamos como baliza temporal para expor algumas das lutas e reflexões oriundas dos feminismos;

Movimentos Negros: em que traçamos um panorama das formas como o racismo, e articulações antirracistas, aparecem nos movimentos sociais, na produção de conhecimento e cultura, e na política.

Sugestão de atividade

Exposição das citações abaixo:

i. O que são movimentos sociais: “...coletividade onde se elaboram identidades e se organizam práticas através das quais defendem-se interesses, expressam-se vontades e constituem-se identidades, marcados por interações, processos de reconhecimento recíprocos, com uma composição mutável e intercambiável.” Sader, 19881.

ii. Feminismo antirracista: “Até hoje, entre nós feministas no Brasil, a questão racial tem geralmente ficado a cargo das mulheres pretas, como se apenas estas fossem marcadas pela raça. No entanto (...) todos os grupos têm a ver com a marca, na medida em que esta é feita através de relações de poder e só depois imposta aos grupos como se fosse natural. Não se trata de o movimento feminista pensar a questão racial apenas para dar conta ‘de perto da metade da população feminina brasileira’, (...) mas de começarmos a compreender que raça, assim como gênero, se constitui em relações de poder e, portanto, determina tanto a vida das mulheres e homens brancos como a de homens e mulheres pretos.” Azeredo, 1994²

Os objetivos desta atividade são:

1. Apresentar o conceito amplo de movimentos sociais empregado no curso; Reforçar o entendimento de que raça e gênero são fatores determinantes
2. na vida social a partir do entendimento de que machismo e racismo ocorrem mesmo dentro de movimentos sociais.

Nota: É importante que facilitadoras pesquisem e estudem sobre os conceitos e movimentos, autoras e autores, narrativas e históricos mencionados no Curso Laudelina de Campos Melo. Esta cartilha não aprofunda cada um dos elementos que a compõem, mas sugere-se que sirva de ponto de partida para aprofundamento em preparação para as aulas, e em sala de aula.

Marcos iniciais

Seção 2

Contextualiza a incipiência de articulações intelectuais e sociais que continuam a ser relevantes nos tempos e espaços abordados nas sessões seguintes.

hoje, reconhecemos como sendo feministas e antirracistas. Pequenas pérolas dos históricos de algumas mulheres e organizações nos ajudam a contar estas histórias.

Como já indicado, foram selecionados para compor este recorte dos históricos e histórias dos movimentos negros e de mulheres, momentos, textos e personalidades relevantes para articulações que,

Começamos com duas contemporâneas, a brasileira Esperança Garcia e a inglesa Mary Wollstonecraft.



Esperança Garcia³ (1751 - ?) foi uma mulher negra escravizada brasileira, precursora da advocacia no Piauí pela autoria da primeira petição escrita por uma mulher na história do estado: em 6 de setembro de 1770, envia carta denunciando maus tratos e abusos físicos pelo feitor da Fazenda Algodões ao então presidente da Província de São José do Piauí.

Mary Wollstonecraft⁴ (1759-1797) foi uma mulher branca inglesa, filósofa e escritora reconhecida pelo livro Uma Reivindicação pelos Direitos da Mulher (1792), no qual argumenta que mulheres não são, por natureza, inferiores aos homens, e se aparentam ser é por falta estrutural de educação e escolaridade.

<i>Petição de Esperança Garcia</i> “Eu sou uma escrava de V.S^a. administração de Capitão Antonio Vieira de Couto, casada. Desde que o Capitão lá foi administrar, que me tirou da Fazenda dos Algodões, onde vivia com meu marido, para ser cozinheira de sua casa, onde nela passo tão mal. A primeira é que há grandes trovoadas de pancadas em um filho nem, sendo uma criança que lhe fez extrair sangue pela boca; em mim não posso explicar que sou um colchão de pancadas, tanto que caí uma vez do sobrado abaixo, peada, por misericórdia de Deus escapei. A segunda estou eu e mais minhas parceiras por confessar a três anos. E uma criança minha e duas mais por batizar. Pelo que peço a V.S^a. pelo amor de Deus e do seu valimento, ponha aos olhos em mim, ordenando ao Procurador que mande para a fazenda onde ele me tirou para eu viver com meu marido e batizar minha filha. De V.S^a. sua escrava, Esperança Garcia”	<i>Sobre Uma Reivindicação pelos Direitos da Mulher</i> O livro <i>Uma Reivindicação pelos Direitos da Mulher</i>, de 1792, foi uma das primeiras obras de filosofia feminista a afirmar que mulheres são seres humanos merecedores dos mesmos direitos fundamentais fornecidos aos homens. No texto a autora Mary Wollstonecraft argumenta que mulheres não são enfeites ou propriedades, mas essenciais para a nação, porque educam seus filhos – assim a educação delas deve ser compatível com a posição que ocupam na sociedade. O texto, oriundo de um contexto específico e abordando questões pertinentes a mulheres afluentes na Inglaterra do Século XVIII, certamente não reverbera a realidade de todas as mulheres do mundo, nem mesmo as da época.
---	--

Foi do Século XVIII que partimos para começar esta sessão, encorajando reflexões acerca dos diferentes contextos em que aparecem dois textos: um enviado como petição e escrito por uma mulher brasileira, negra e escravizada; o outro, publicado como livro e escrito por mulher branca e inglesa.

Mas isso não significa que antes disso mulheres não estivessem articulando dissidências, e um exemplo disso são os documentos produzidos por mulheres do norte global entre 1400 e 1789 que foram recolhidos e analisados pela historiadora estadunidense Joan Kelly em seus estudos⁵ sobre a incipiência de teorias

feministas e de uma suposta “questão da mulher”. Os textos revelam a consciência histórica das mulheres sobre coisas como maus tratos e difamação, sobre o conceito de “sexo” ser culturalmente construído, e sobre a ideia de que “mulher” é um grupo social criado a partir de noções e linguagens masculinas. Estas perspectivas seguem relevantes na produção dos movimentos e conhecimentos que hoje abordamos como sendo feministas e de gênero.

Voltando ao Brasil do Século XIX, duas outras personalidades históricas nos ajudam a construir esta rota por marcos iniciais dos movimentos negros e de mulheres:



Sugestão de atividade

É sempre um desafio apresentar historiografias feministas. Não há vácuos na História, e as mulheres sempre participaram ativamente da sociedade. O comparativo temporal entre Esperança Garcia e Mary Wollstonecraft deve servir como exercício para reflexões acerca de privilégios de raça e classe, bem como sobre apagamento sistemático de vozes marginalizadas. Em grupos, explorar semelhanças e diferenças entre as reivindicações destas duas mulheres, que apesar de conectadas por tempo e gênero têm experiências radicalmente distintas marcadas por raça, geografia e contexto social.

Nísia Floresta ⁶ (1810-1885) foi pioneira na educação feminista no Brasil, com protagonismo nas letras, no jornalismo e nos movimentos sociais. Estabelecendo pontes entre pensamento europeu e o contexto brasileiro de seu tempo, dedicou a vida a obras e ensinos sobre a condição feminina. Foi a primeira figura feminina a publicar textos em jornais e em 1832 publicou “Direitos das mulheres e injustiça dos homens”, o primeiro livro no Brasil a tratar dos direitos das mulheres.	Maria Firmina dos Reis ⁷ (1822-1917) foi a primeira mulher a publicar um romance no Brasil – seu livro Úrsula, de 1859, é também o primeiro livro abolicionista da literatura brasileira. Participou intensamente da vida intelectual maranhense, colaborando na imprensa, compondo músicas e publicando livros e antologias. Protagoniza também a educação popular gratuita. É hoje a única mulher dentre os bustos da Praça do Pantheon, em São Luís, em homenagem a importantes escritores maranhenses.
--	---

Sugestão de atividade

Mais um comparativo, desta vez entre duas brasileiras contemporâneas: Nísia Floresta e Maria Firmina dos Reis. O exercício deve produzir reflexões acerca da importância da educação e da palavra na construção de resistências pautadas por gênero e raça.

- partilhar conhecimentos e impressões sobre estas mulheres que, apesar de conectadas por geografia, tempo e gênero, experienciam raça e contexto social de formas radicalmente distintas
- refletir sobre as origens e privilégios de Nísia Floresta, que teve condições materiais para aprimorar os próprios conhecimentos: em seu livro ela mesma traduz e comenta a obra Reivindicação pelos Direitos da Mulher, de Mary Wollstonecraft;
- questionar o apagamento do pioneirismo de Maria Firmina dos Reis, que na Emancipa Mulher reconhecemos tanto por ela ser a primeira mulher romancista como também por ser a autora da primeira obra abolicionista do Brasil.

Ainda no Brasil, e em tempos anteriores ao de Nísia Floresta e Maria Firmina dos Reis, outras organizações e mulheres que delas participavam já vinham compondo os históricos e histórias das resistências à escravidão e do movimento abolicionista.

Entendemos diversas formas de atuação frente ao racismo cotidiano e estrutural, do passado e do presente, como sendo partes dos movimentos negros, e aqui destacamos:

Quilombos: a importância histórica dos quilombos se dá não apenas por estes serem espaços de resistência e combate à escravidão, mas também por suas organizações sociais e políticas. Surgidos a partir da rejeição da crueldade da vida escravizada, e em busca de liberdade e dignidade, os quilombos privilegiam a comunidade e o trabalho em cooperativa. Os quilombos ainda existem, e resistem.

Organizações Religiosas

Irmandades religiosas compostas por negros são confrarias religiosas afro-católicas no Brasil. Historicamente irmandades também prestam assistência médica e jurídica, socorro em momentos de crise financeira e funerais de membros e familiares⁸. A Irmandade da Nossa Senhora da Boa Morte de Cachoeira (BA), por exemplo, é composta por mulheres, e em sua origem e por muito tempo alforriou escravos; o grupo, que data do começo do Século XIX, segue a missão social com dedicação não só, mas principalmente à educação;

Terreiros: para Winnie Bueno – Iyalorixá, Mestre em Direito e uma das autoras do curso que inspira a criação desta cartilha – os cultos de matriz africana deveriam ser reconhecidos como patrimônios culturais e históricos formadores da identidade

nacional, portanto protegidos por normas de direitos humanos. Ela diz: “Os cultos de matriz africana no Brasil sempre foram alvo de perseguições e violências. Desde a escravização dos povos negros africanos, que tolhidos de manifestar seus pressupostos civilizatórios de forma plena acabam precisando criar estratégias para manter vivas suas tradições. Entre essas estratégias está a reformulação de seus valores morais em forma de religiosidade. Imaginem pessoas vindas de um continente diverso, com milhares de línguas, formas de pensamento, vivências, tendo que encontrar uma forma de não submeter-se a princípios que não eram os seus abaixo de chibata, açoite e estupro. As possibilidades de realizar esse desafio de forma completa eram quase inviáveis. Quase. A resistência se fez possível e assim temos hoje por todo o país comunidades de terreiro que expressam a resiliência e a força da orixalidade negra-africana. Tradições como o candomblé, o Xangô de Pernambuco e o batuque são o depósito da civilidade dos negros e negras escravizados⁹”

Ondas Feministas

Seção 2

Analisa criticamente a noção de “ondas”, ao mesmo tempo em que as utiliza como balizas temporais para expor algumas das lutas e reflexões mais importantes oriundas dos feminismos.

O que é feminismo?

Não é fácil definir em poucas palavras tão amplo movimento, perspectiva

social e política e conjunto de saberes e práticas. A autora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie define como feminista a pessoa que acredita na igualdade social, política e econômica entre os sexos, e a escritora estadunidense Marie Shear diz que feminismo é a noção radical de que mulheres são gente.

Sugestão de atividade

Apresentação do TEDx Houston *Todos devemos ser feministas*, de Chimamanda Ngozi Adichie, escritora nigeriana autora de títulos como *Hibisco Roxo* (2003) e *Americanah* (2013).

Disponível em https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_we_should_all_be_feminists?language=pt-br

Na Emancipa Mulher empregamos ao menos duas definições fundamentais do feminismo, ambas escritas no mesmo ano (1979), e que se complementam:

“Feminismo é um modo de análise, um método de abordar a vida e a política, uma forma de levantar questionamentos e buscar respostas, ao invés de um arcabouço de conclusões políticas sobre a opressão das mulheres.”

“Feminismo é a teoria e prática política de libertação de todas as mulheres: mulheres racializadas, trabalhadoras, mulheres pobres, com deficiência, lésbicas, idosas, e também mulheres economicamente privilegiadas e heterossexuais. Qualquer coisa menos do que isso não é feminismo, mas sim mulheres se auto engrandecendo.”



Nancy C. M. Hartsock¹¹ (1943-2015) foi professora de Ciência Política e Estudos da Mulher (atualmente Estudos de Gênero, Mulheres e Sexualidade) na Universidade de Washington, EUA.



Barbara Smith¹² é uma feminista socialista lésbica e uma das principais pesquisadoras, autoras e professoras do pensamento feminista negro, tendo lecionado em várias universidades dos EUA.

Sugestão de atividade

As definições podem ser lidas em voz alta, seguidas de discussão em grupo:

Em dois grupos, cursistas discutem a complementaridade e as possíveis aplicações destas definições, levando em consideração que:

- Hartstock insiste que o feminismo não seja um dogma, e sim um método
- Smith defende que o movimento seja inclusivo sob risco do exercício de abuso de poder entre mulheres

Ondas feministas

O emprego dos termos *primeira* e *segunda onda* em referência a movimentos de mulheres apareceu pela primeira vez em 1968 na revista do jornal estadunidense The New York Times. A então editora da publicação Martha Lear comenta o borbulhante movimento de mulheres da época e o define como sendo uma “segunda onda” do feminismo, depois de tantos anos da “primeira”: os movimentos pelo sufrágio.

Na Emancipa Mulher, embora

usemos “ondas” como marcador temporal de diversas lutas e reflexões feministas, pensamos que o termo melhor designa o interesse do grande público nos efeitos das e nas lutas das mulheres do que o desenvolvimento das lutas propriamente ditas. Como veremos nesta sessão, a produção de saberes e as ações lideradas por mulheres em prol da própria emancipação e direitos acontecem, de formas mais nuançadas e complexas, antes e durante e depois de quaisquer uma das *ondas*.

Primeira onda

Em geral o termo refere-se a um período de atividade de lutas e movimentos de mulheres ocorrido durante o século XIX e início do século XX em diversos países, e com bastante força no Reino Unido, Estados Unidos e França. Estes movimentos, debruçados primordialmente em questões jurídicas, são

também reconhecidos como “sufrágio” visto que uma de suas principais bandeiras era o voto das mulheres. Articulações pelo sufrágio e direitos das mulheres ocorrem em um período em que também se organizavam articulações pela abolição da escravidão.

Primeira onda – Estados Unidos

A Convenção de Seneca Falls, que ocorreu entre 19 e 20 de julho de 1848 no estado de Nova York, foi a primeira nos Estados Unidos a ser

dedicada aos direitos da mulher. Em 29 de maio de 1851, na Convenção pelos Direitos das Mulheres ocorrida em Akron, Ohio (EUA) e organizada

e atendida por uma maioria de mulheres brancas, a abolicionista e defensora dos direitos das mulheres Sojourner Truth (1797-1883) proferiu um impactante discurso, que reverbera até hoje. As palavras contidas no que ficou famosamente conhecido como o discurso “*Ain’t I a woman?*” (“*Eu não sou uma mulher?*”) não são exatamente as suas palavras, mas uma representação delas, por pessoas que as transcreveram. Há ao menos duas versões conhecidas do discurso, e conforme informa Nell Irvin Painter – historiadora reconhecida por seus trabalhos a respeito do sul dos Estados Unidos no século XIX, e biógrafa de Truth – a versão mais famosa altera significativamente não apenas a publicada originalmente, mas a própria retórica e sotaque da ativista. Menos de um mês após a convenção em que Truth discursou,

aos 21 de junho de 1851, sua fala foi transcrita e publicado no jornal Anti-Slavery Bugle pelo Reverendo Marius Robinson, jornalista que estava na plateia na ocasião e que era amigo de Truth. Doze anos depois, aos 23 de abril de 1863, uma outra versão do discurso aparece no The New York Independent, esta assinada pela sufragista Frances Gage, que acrescenta na retórica frases que não constam na publicação original – inclusive a famosa pergunta “*Eu não sou uma mulher?*” – mas também marcas estereotipadas do sotaque do sul dos Estados Unidos. Embora a versão de Gage seja mais conhecida, Painter argumenta que a publicação de Robinson seria mais fiel ao discurso original de Truth, visto que Holandês era sua língua materna e seria improvável que falasse da forma como Gage fez parecer¹³.

Marius Robinson em tradução para o português¹⁴

Posso falar algumas poucas palavras? Quero dizer umas poucas palavras sobre a questão. Eu sou o direito da mulher. Tenho músculos como qualquer homem, e realizo tanto trabalho quanto. Arei e colhi e ceifei e debulhei, algum homem consegue fazer mais que isso? Tenho ouvido muito sobre a igualdade dos sexos; sou capaz de carregar tanto quanto qualquer homem, e de comer também, quando consigo comida. Sou tão forte quanto qualquer homem que vive. Quanto ao intelecto, tudo que posso dizer é, se uma mulher tem uma caneca e o homem um barril — por que a caneca não pode estar cheia? Os senhores não precisam recear em nos dar nossos direitos por medo de que tomemos mais, — porque não vamos conseguir tomar mais do que cabe em nossa caneca. Os pobres homens estão todos confusos, sem saber o que fazer. Meus filhos, se os senhores detêm os direitos das mulheres, dêem a elas e irão se sentir melhor. Os senhores terão seus próprios direitos, e eles não serão tanto problema. Não sei ler, mas sei ouvir. Ouvi a bíblia e aprendi que Eva levou o homem a pecar. Bem, se a mulher desconcertou o mundo, dêem a ela a chance de colocá-lo no lugar. A Senhora falou sobre Jesus, de como ele nunca desprezou as mulheres, e ela estava certa. Quando Lázaro morreu, Maria

e Marta foram até ele em fé e amor e imploraram que erguesse o irmão. E Jesus chorou e Lázaro saiu com vida. E como Jesus veio ao mundo? Através de Deus que o criou e da mulher que o pariu. Homem, qual foi o seu papel? Mas as mulheres estão se levantando com as bênçãos de Deus e alguns homens se levantam com elas. Mas o homem está em uma situação difícil, o pobre escravo está próximo, a mulher se aproxima, e ele certamente está entre um falcão e um abutre.

Sugestão de atividade

- Em pares ou trios, cursistas devem refletir acerca do apagamento sistemático de vozes marginalizadas. A facilitadora pode sugerir algumas questões pertinentes para reflexão:
- Sojourner Truth sem saber ler nem escrever se tornou uma reconhecida ativista abolicionista e pelos direitos das mulheres – qual é a importância da palavra falada e registrada para as lutas feministas e antirracistas?
- As palavras de Truth conforme as conhecemos são interpretações – de um homem negro e de uma mulher branca. O que isso revela sobre o caráter sistemático do silenciamento de mulheres negras?

Sugestão de atividade

Para estimular debate a partir da noção de que vilipendiar os movimentos de mulheres através da ridicularização de seus termos se repete sistematicamente, lembramos de um outro exemplo de ressignificação séria através do deboche em relação ao linguajar machista que nos é direcionado: a Marcha das Vadias. Embora esta não seja uma ação feminista que represente todas as mulheres (nenhuma é), a terminologia empregada colide com o senso comum, que sugere que mulheres vítimas de violência sexual sejam “vadias” e responsáveis por estes ataques. Em quais outros exemplos de linguajares machistas e possíveis ressignificações podemos pensar?

Primeira onda – Europa

The Daily Mirror



Um marco da primeira onda é a luta pelo direito ao voto, e o movimento sufragista do Reino Unido se organizou em muitas frentes, a mais conhecida delas, a União Social e Política das Mulheres fundada por Emmeline Pankhurst em 1907.

É interessante notar que o termo preferido pelas mulheres que lutavam pelo próprio direito ao sufrágio era *sufragista* (*suffragist*). Numa tentativa de infantilizar o movimento, a mídia da época as descrevia como *suffragettes*. O emprego do sufixo “ette”, em inglês, serve para aplicar o diminutivo a um termo. As sufragistas levaram a sério esta provocação e tentativa de diminuição de seu trabalho, mas numa jogada espetacularmente debochada de ressignificação, acabaram por nomear a própria publicação periódica de “The Suffragette”.

Na Rússia, em 1917, 90 mil mulheres marcharam contra o czar Nicolau II e a participação do país na Primeira Guerra Mundial. A força motriz da Revolução Russa, que derrubou o regime czarista existente há séculos no país, foi iniciada por operárias que organizaram um ato público de base. A líder revolucionária e teórica marxista Aleksandra Kollontai registrou que naquele tempo “a vida das 6 milhões de proletárias não tinha luz nem esperança; sua existência era repleta de fome, dificuldades e humilhações”.

A historiografia feminista nem sempre coloca o histórico destas mulheres como pertencendo ao feminismo de primeira onda – e isso provavelmente se deve ao fato de que elas mesmas não se posicionavam

como feministas. Na Emancipação da Mulher, no entanto, reconhecemos que demandas articuladas por estas mulheres ressoam em muitas das reivindicações feministas que persistem – como, por exemplo, a necessidade de pensar na economia do cuidado: as russas organizaram muitas de suas lutas para exigir que creches, lavanderias e refeitórios fossem públicos, desobrigando assim as mulheres, em quem, já então elas salientavam, recaí a responsabilidade pela maior parte das tarefas domésticas.

Primeira onda – Brasil

A institucionalização e oficialização do sufrágio para mulheres no Brasil aconteceu primeiramente em 1932, quando a Constituição garantia o direito ao voto para as mulheres casadas, com autorização de seus maridos; depois, em 1934, quando o então presidente Getúlio Vargas promulga nova Constituição, fica garantido às mulheres o direito ao voto de forma universal. Antes disso, muitas foram as mulheres que ajudaram a construir a luta pelo direito ao voto, bem como por representação política, em território nacional, e selecionamos algumas destas personalidades inspiradoras: **Mietta Santiago:** em 1928 a escritora e advogada mineira notou que a proibição ao voto feminino contrariava o artigo 70 da Constituição da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil datada de 1891, e impetrando Mandado de Segurança



obteve sentença que lhe permitiu que votasse em si mesma para um mandato, sendo assim a primeira a exercer plenamente seus direitos políticos ativos (ao voto) e passivos (a ser votada).

Alzira Teixeira Soriano: também em 1928 disputou as eleições para prefeitura de Lajes (RN) vencendo o referido pleito com 60% dos votos, o que a tornou a primeira mulher da América Latina a assumir o governo de uma cidade.

Duas grandes inspirações para a Emancipa Mulher, contemporâneas da época do feminismo de primeira onda, são Antonieta de Barros e Bertha Lutz, pioneiras na educação, ativismo, pesquisa e escritas feministas e antirracistas – e que seguiram bem sucedidas carreiras políticas.



Antonieta de Barros (1901- 1952) foi uma jornalista, professora, escritora, líder, empreendedora e política brasileira. Em Florianópolis, sua terra natal, fundou o curso de alfabetização Antonieta de Barros, fundou e dirigiu o jornal A Semana (1922-1927), dirigiu a revista Vida Ilhoa (1930), foi professora e diretora do IP (atual IE) (1933-1951) e foi a 1ª deputada de SC e a 1ª deputada estadual negra do País (1935-1937 e 1947-1951)

Bertha Lutz (1894-1976) bióloga, professora ativista feminista e política brasileira. Fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1919), foi deputada federal (1936), integrou a delegação do Brasil à Conferência de San Francisco, de onde saiu a Carta da ONU, tratado que estabeleceu as Nações Unidas (1941) e ao 1º Congresso Internacional da Mulher, no México (1975).

Sugestão de atividade

Refletir acerca das diferenças entre acesso a educação formal, abrangência geográfica do trabalho, e reconhecimento historicamente conferido a cada uma destas duas brasileiras.

- Antonieta de Barros já falava em gênero, raça e classe em seus escritos, e como tende a ser o caso no ativismo de mulheres negras, trabalhou com educação popular. Atuou com potência em Florianópolis, mas ainda é pouco conhecida mesmo em seu estado natal, SC.
- Bertha Lutz era mulher de classe média alta, que seguiu a carreira científica do pai, fez ensino superior na Europa e foi pesquisadora do Museu Nacional e professora emérita da UFRJ. É reconhecida internacionalmente.
- É certo que estas duas mulheres tiveram que enfrentar desafios por conta de seu gênero, mas o que mais suas histórias podem nos contar sobre desigualdades de raça e classe no Brasil?

Segunda Onda

Chama-se de segunda onda do feminismo o período entre as décadas de 1960 e 1980 nos Estados Unidos, que reverberou em muitos países. Na primeira onda, como vimos, o foco era principalmente no sufrágio e obstáculos legais à igualdade de gênero. Na segunda onda, além das lutas pelo fim de desigualdades sociais e legais, os debates foram ampliados e aprofundados em diversas outras

frentes: família, mercado de trabalho, direitos sexuais e reprodutivos, aborto seguro, estupro, violência doméstica e conjugal, divórcio e sexualidade, dentre outros. Muitas historiadoras marcam a transição entre a segunda e a terceira ondas a partir do início de disputas intra-feministas, surgidas na segunda e que persistem ainda hoje, sobre temas como prostituição e pornografia.

Segunda Onda - Estados Unidos

Os diversos movimentos que compuseram o que ficou conhecido como segunda onda do feminismo podem ser interpretados como

uma reação das mulheres norte americanas à domesticidade idealizada do pós-guerra.

Sugestão de atividade

Esta atividade visa expor de forma ampla que ideais de feminilidade são construídos historicamente – e que nunca não foi tarefa do feminismo interrogá-los.

As imagens e publicações que formam esta breve cronologia nos fornecem notas tanto sobre alguns ideais de feminilidade branca do Século XX quanto sobre algumas intervenções intelectuais a respeito de ideais de feminilidade. Dois textos feministas que abordam, dentre outras questões, os efeitos sociais dos ideários patriarcais de feminilidade são *O Segundo Sexo*, (Simone de Beauvoir, 1948, França) e *A Mística Feminina* (Betty Friedan, 1963, EUA).



Inúmeras referências na cultura pop e no feminismo já foram feitas ao ícone americano Rosie the Riveter (Rosie, a rebitadeira) – que é como chamamos a moça do cartaz *We Can Do It!* (*Nós Podemos!*) criado para estimular funcionários de uma empresa privada, e a ilustração é baseada em uma fotografia da trabalhadora real Naomi Parker-Frale. Durante a II Guerra imagens de mulheres operárias foram amplamente difundidas, e de forma positiva, presumivelmente no afã de inspirar

mulheres a se envolverem com o trabalho na indústria bélica enquanto soldados homens estavam no teatro de guerra. Em matérias de jornais, cartazes, ilustrações em revistas e até mesmo em Hollywood a profusão de feminilidades trabalhadoras precedeu a profusão de ideais de domesticidade.

Em 1947 Christian Dior cria o que veio a ser conhecido como o “new look” (algo como “novo estilo”): uma estética de moda que reconfigurava a representação do feminino



"New look" de Christian Dior

atrelada a valores machistas e elitistas: a mulher nele idealizada está desconectada de qualquer realidade prática. Ainda assim a estética oriunda deste “look” – com cintura marcada e saias rodadas – tornou-se referência de estilo para um ideário branco de feminilidade amplamente empregado nas décadas de 1950 e 1960, sobretudo na

publicidade feita sob-medida para a “dona de casa”, mas também em filmes e seriados de televisão.

“Não se nasce mulher, torna-se”

Esta famosa citação é de *O Segundo Sexo*, obra que a filósofa existencialista feminista francesa Simone de Beauvoir publicou em 1949. A premissa da obra é a de que a mulher não é o “segundo sexo” por acaso, muito menos por razões naturais ou imanes. De Beauvoir insiste que uma série de processos sociais e históricos criam a subjugação das mulheres, e sua extensa argumentação gira em torno de desenraizar e desnaturalizar o que ela chama de “eterno feminino”, uma gama restrita de características e limitações supostamente intrínsecas às mulheres.



A Mística Feminina, de Betty Friedan, foi publicado em 1963 e tornou-se um dos mais importantes livros do século XX. A obra resulta das pesquisas da autora com mulheres que seguiam os preceitos dos anos 1940 e 1950, e sua ideia central é que a mulher foi mais uma vez mistificada, após as mobilizações para a Segunda Guerra Mundial, como fundamentalmente

pertencente ao domínio do lar. A frustração com este ideário de feminilidade levava mulheres ao desenvolvimento de distúrbios psicológicos, e as desigualdades de tratamento entre mulheres e homens eram usadas para justificar uma obrigatória dedicação ao lar que era compensada pelo estímulo à economia da época através do incremento das frustrações e opressão femininas no âmbito doméstico.

As décadas de 1950 e 1960 foram de explosão demográfica e crescimento econômico, e novas indústrias e mercados impulsionaram a criação de ideais publicitários. A imagem da “dona de casa”, sustentada por ideais de uma feminilidade doméstica e dedicada primordialmente aos cuidados da família, foi bastante celebrada e explorada sobretudo pela então incipiente indústria de eletrodomésticos. A segunda onda

aconteceu em meio ao embalo da “contracultura” – como o momento a partir da segunda metade dos anos 1960 ficou conhecido – em que surgiram e/ou se fortaleceram diversas articulações e movimentos não apenas de mulheres, mas de negros e negras, LGBTQI, estudantis e da classe trabalhadora, bem como oriundos de processos de descolonização de países do sul global.



Ms. é uma revista feminista fundada em 1971, no período da segunda onda portanto, pelas ativistas Gloria Steinem e Dorothy Pittman Hughes. A publicação ainda circula, e é reconhecida como sendo uma das primeiras revistas populares declaradamente feministas e antirracistas.

Conheça outras mulheres contemporâneas da segunda onda que participaram ativamente tanto de articulações feministas quanto antirracistas.

Rosa Parks (1913-2005) é um dos símbolos do movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos por, em 1955, ter-se recusado a ceder o seu lugar no ônibus a um branco – recusa que marca o início das lutas antissegregacionistas que ocorreram no período.



Poucas pessoas reconhecem o nome da advogada e ativista feminista negra Florynce Kennedy (1916-2000), mas ela é uma das mais importantes da segunda onda. Participou da Organização Nacional para Mulheres (NOW), liderou inúmeros protestos, publicou extensivamente, e seu trabalho como jurista contribuiu diretamente para a revogação de leis restritivas de aborto nos Estados Unidos.

Angela Davis (1944) é a professora e filósofa socialista estadunidense cuja obra *Mulheres, Raça e Classe* (1981) desencadeou a criação da Emancipa Mulher. Reconhecida globalmente por sua militância pelos direitos das mulheres e contra a discriminação racial e social, quando esteve na Universidade Federal da Bahia em 2017 lembrou¹⁵ a trajetória de mulheres negras brasileiras – citando Mãe Stela de Oxossi e a tradição do candomblé, Dona Dalva e tradição do samba de roda, elogiando o movimento das trabalhadoras domésticas negras (viva Laudelina!) e citando Carolina Maria de Jesus, autora de *Quarto de despejo*



(1960), e a antropóloga e ativista baiana Lélia Gonzalez, pioneira nas conexões entre raça, classe e gênero quando pouco se falava nisso. Uma das mais influentes pensadoras de todos os tempos, Davis na mesma conferência ainda enfatizou a importância do ativismo de mulheres negras brasileiras na construção de novos formatos de liderança.

Segunda Onda - Europa

A segunda onda é historicamente registrada como sendo um movimento que surgiu e borbulhou a partir dos Estados Unidos porém a reação à domesticidade idealizada do pós-guerra também movimentou mulheres européias. Vale considerar que *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, foi lançado na França em 1949, e inspira desde então debates e ações feministas – de forma incremental, e até hoje, no mundo todo. Um marco feminista

contemporâneo e característico da segunda onda na Europa se dá também na França: em 05 de abril de 1971, na revista *Le Nouvel Observateur*, foi publicado o *Manifesto das 343*, uma declaração assinada por 343 mulheres admitindo terem feito um aborto, que contribuiu para a adoção em 1974/1975, da “lei Simone Veil”, nomeada por conta da ministra da saúde na época, e que acabou por tirar o aborto da ilegalidade no país.

Segunda Onda - Brasil

A segunda onda impulsionou o reconhecimento das lutas e conquistas das mulheres; foi neste período que a ONU designou 1975 como o Ano Internacional da Mulher e passou a adotar o 8 de março como o Dia Internacional da Mulher. No Brasil os anos que marcam a segunda onda coincidem com os da ditadura militar brasileira, regime instaurado em 1 de abril de 1964 e que durou até 15 de março de 1985. Debates e ações acerca de muitas das pautas tipicamente identificadas como sendo da segunda onda – por exemplo, direitos reprodutivos e sexualidade – também se desdobraram pelo Brasil, e na mesma época obtivemos também importantes conquistas, como a lei do divórcio, instituída oficialmente com a emenda constitucional número 9, de 28 de junho de 1977 e regulamentada pela lei 6515 de 26 de dezembro do mesmo ano. Além das muitas organizações, publicações, ações e conquistas de mulheres brasileiras pelos próprios direitos do período, a resistência e a luta contra a ditadura também foram marcadas pelo ativismo feminista. O jornal “Brasil Mulher” foi uma das publicações pioneiras do país e importante forma de resistência e luta contra a ditadura militar. Criado em 1975, nasceu a partir do Movimento Feminino pela Anistia (fundado pela assistente social, advogada e ativista dos direitos humanos Therezinha Zerbini), que reivindicava a anistia para todas as pessoas perseguidas, presas, exiladas e banidas em função de posições políticas¹⁶.



Sugestão de atividade

E a luta das mulheres negras na ditadura?

De acordo com Niara de Oliveira, “não há referências anteriores à década de 70 sobre a luta dos negros e negras na resistência à ditadura militar e poucos são os registros de militantes negros nas organizações clandestinas e/ou da luta armada”. Leitura do o texto Onde estavam as mulheres negras na ditadura militar? De Niara Oliveira publicao no Portal Geledés em 2015¹⁷.

Da terceira onda até o presente

Na Emancipa Mulher somos críticas do conceito de ondas feministas pois sabemos que muitas pautas e demandas iniciadas nos períodos marcados pela temporalidade comumente reservada às ondas as precedem e sucedem, dependendo de contextos sociais, políticos e geográficos. Também porque acreditamos que os feminismos e movimentos de mulheres sempre foram e sempre serão múltiplos, e que a amplificação de vozes e demandas distintas aprimora, em

grande escala, a luta global pela emancipação, direitos e dignidade das mulheres. A terceira onda, que expande temas a partir de demandas diversificadas e mulheres variadas, de certa forma captura este espírito. Marcada a partir da década de 1990, a terceira onda é reconhecida por evitar definições essencialistas da feminilidade, e por adicionar interpretações pós-estruturalistas de gênero e sexualidade e considerações à raça e aos efeitos do colonialismo como pautas centrais.

Sugestão de atividade

Na parte [02] – SEÇÃO [1] – [Aula Introdutória] vimos dois conceitos que surgem durante e são importantes marcos da terceira onda: gênero e interseccionalidade. Nestes vídeos podemos conhecê-los um pouco melhor:

• **Judith Butler – gênero e performatividade (Big Think):** <https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=9MlqFoCFtPM>

• **Kimberlé Crenshaw – a urgência da interseccionalidade (TED Women 2016):** https://www.ted.com/talks/kimberle_crenshaw_the_urgency_of_intersectionality?language=pt-br

Terceira onda no Brasil

Algumas autoras brasileiras cujos trabalhos abordam temas pertinentes à segunda e terceira ondas incluem:



Lélia Gonzales

intelectual, política, professora e antropóloga brasileira



Heleieth Saffioti

socióloga marxista, professora, estudiosa da violência de gênero e militante feminista



Luiza Bairros

administradora brasileira, ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Brasil entre 2011 e 2014

Também durante este período no Brasil surgiram publicações e eventos abordando teoria e práxis feministas e antirracistas, como os Cadernos Pagu (Unicamp, 1993) e a Fazendo Gênero. Durante este período, que compreende também o período de abertura democrática com o fim da ditadura militar e estabelecimento da Constituição de 1988 no Brasil,

também foram conquistadas uma série de políticas públicas e dispositivos sociais, como as DEAMs (Delegacias de Defesa da Mulher), órgão público criado para o combate à violência contra as mulheres, cuja primeira unidade foi inaugurada no estado de São Paulo em 6 de agosto de 1985.

Movimentos Negros

Seção 2

Panorama das formas como o racismo, e articulações antirracistas, aparecem nos movimentos sociais, na produção de conhecimento e cultura, e na política.

Sugestão de atividade

O cotidiano da população negra é determinado pela estrutura do racismo da sociedade, e os movimentos negros buscam na história chaves para compreensão da própria realidade.

• Para Nilma Lino Gomes, merece destaque o fato de que negros organizados em movimento *“Sempre enfatizaram um cuidado profundo com a construção da democracia para todos os segmentos étnico-raciais”,* e que comunidade negra organizada não busca *“uma democracia abstrata, uma cidadania para poucos, mas, sim, uma igualdade e uma cidadania reais, que considerem o direito à diferença”*¹⁸.

• Petrônio Domingues salienta que *“Movimento negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Para o movimento negro, a “raça”, e, por conseguinte, a identidade racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o movimento negro, a “raça” é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação”*¹⁹.

Os objetivos desta atividade são:

1. Reforçar que racismo é um problema de toda a sociedade
2. Compreender que o critério “raça” é elemento central da luta antirracismo

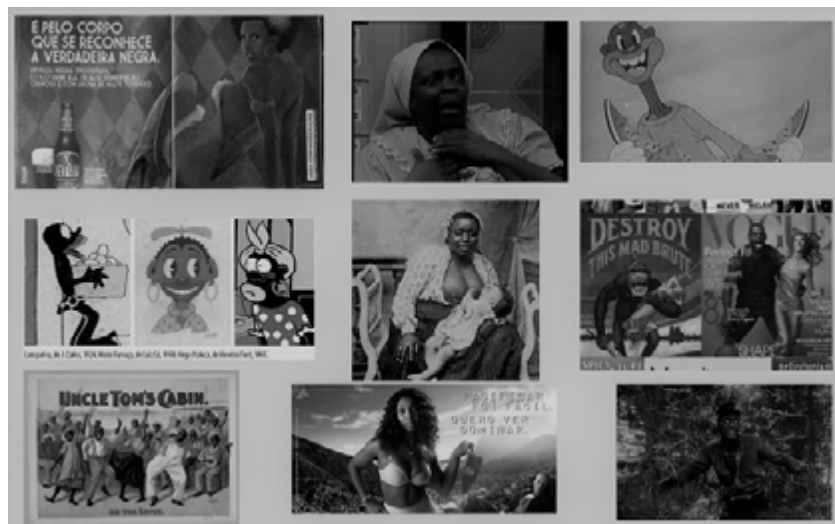
Selecionamos alguns históricos que nos ajudam a contar histórias dos movimentos negros. Vamos começar por um conhecido quadro:

A tela *A Redenção de Cam*, de Modesto Brocos (1852-1936)²⁰ é muito usada para ilustrar que houve teses favoráveis ao branqueamento da população brasileira. Estas teses são corroboradas por leis e decretos que confirmam o caráter estrutural do racismo no Brasil – como, por exemplo:



- Durante o período escravocrata corpos e sujeitos negros não eram considerados humanos, mas unidades de trabalho, de propriedade de corpos e sujeitos brancos;
- Entre as Constituições de 1824 e 1891 era proibido para negros frequentar escolas;
- Em 1850 a Lei de Terras impedia pessoas negras de adquirir propriedade;
- Em 1890, dois anos após a Lei Áurea, com o Decreto dos Vadios e Capoeiras pessoas que praticassem religiões de matriz africana ou capoeira poderiam ser encarceradas;
- Em 1911 a Lei 9.081 facilita a entrada e permanência de imigrantes – europeus e portanto brancos;
- O artigo 38, parágrafo B da Constituição de 1934 impulsiona o fomento da educação eugênica – em outras palavras, de branqueamento do país;

- Em 1937 a Frente Negra é proibida;
- Em 1968 a “Lei do Boi” garantia 50% de vagas nas universidades agrícolas para proprietários de terras – ou seja, cotas para brancos.
- Somente em 1989 que a Lei 7.716, que torna racismo crime, foi assinada. O caráter do racismo estrutural, e não apenas no Brasil, pode ser também compreendido a partir de representações racistas de corpos e sujeitos



Imagens e narrativas racistas que se repetem historicamente, sobretudo nos meios de comunicação, são um conceito que a feminista estadunidense e autora de *Pensamento Feminista Negro* (1990), Patricia Hill Collins, qualifica como sendo “Imagens de Controle”.

Sugestão de atividade

Apresentação do vídeo *Patricia Hill Collins explica – Pensamento Feminista Negro e Imagens de Controle*. Após a apresentação, mediar discussão entre a respeito dos efeitos da repetição sistemática de histórias e imaginários racistas, especialmente na mídia.

Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=XVdbyhuAIEs&v=pt>

Resistências

As resistências e lutas antirracistas organizadas pelos movimentos negros existiram e existem em diversas frentes:

Cor, publicado em 1833 no Rio de Janeiro e considerado o primeiro veículo brasileiro a tratar da questão racial;

• **Educação** – apesar da proibição institucional, iniciativas isoladas e organizadas, sobretudo por mulheres negras, fomentavam a alfabetização e educação – como é o caso do Instituto São Benedito, obra de assistência social liderada pela determinação e coragem da gaúcha Luciana Lealdina de Araújo, a Mãe Luciana, filha de mãe escravizada.

• **Teatro Experimental do Negro** – visava resgatar valores negro-africanos de sua formação imbuída de conceitos pseudo-científicos sobre a inferioridade da raça negra, estimulando a valorização social do negro no Brasil através da educação, da cultura e da arte;

• **Clubes negros** – de caráter recreativo, assistencial e cultural, diversos clubes fomentavam a autonomia e agência de negros e negras na construção de espaços de resistência e de inserção na vida social e política – como A Sociedade Floresta Aurora em Porto Alegre, fundada em 31 de dezembro de 1872 por negros que lutaram e conquistaram alforria.

• **Frente Negra Brasileira** – sempre combateu a ideia falaciosa de que não existe racismo no Brasil, e buscava era de integração, não segregação, condenando o ódio, evitando academicismos e se aproximando das massas²¹. Laudelina de Campos Melo integrou a FNB, que como instituição oferecia educação, atendimento médico e jurídico e caixa beneficente, e que foi registrada como partido político em 1936, sendo proibida no ano seguinte.

• **Imprensa negra** – em articulação com os clubes, periódicos divulgavam ideias em torno dos problemas e anseios que alcançavam a comunidade negra, e suas páginas denunciavam a segregação que incidia no país – como *O Homem de*

Nas décadas de 1960 e 1970 reestruturações de naturezas múltiplas dos movimentos negros passam a privilegiar a construção de uma identidade e consciência negras nacionais. A participação ativa de

mulheres impulsiona a sofisticação do debate que, embora na época não levasse este nome, já apresentava um caráter interseccional.

No mesmo período, nos Estados Unidos, o movimento pelos direitos civis ganhava corpo, e um de seus motes principais era o fim da segregação racial e a garantia de Direitos Constitucionais. Algumas conquistas desta movimentação incluem A Lei de Direitos Civis de 1964, que proibiu expressamente discriminação baseada em raça,

cor, religião, sexo ou origem nacional no trabalho; o fim da aplicação desigual dos requisitos de registro de eleitores; e a proibição da segregação racial nas escolas, no trabalho e nas acomodações públicas e, posteriormente, privadas. O Partido dos Panteras Negras, originalmente denominado Partido Pantera Negra para Auto-defesa, foi uma organização urbana socialista revolucionária fundada nos Estados Unidos em 1966 por Bobby Seale e Huey Newton.

Sugestão de atividade

Kathleen Cleaver é uma professora de direito conhecida por seu envolvimento com o movimento Black Power e o Partido Pantera Negra. Apresentação do vídeo *Kathleen Cleaver dos Panteras Negras e a importância de valorizar a beleza negra*. Após a apresentação segue discussão a respeito do caráter político do empoderamento pela estética.

Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=qr4nv94x7NM>

MNU

O Movimento Negro Unificado (MNU) é uma organização pioneira na luta do Povo Negro no Brasil que foi fundada no dia 18 de junho de 1978, e lançada publicamente no dia 7 de julho, deste mesmo

ano, em evento nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo em pleno vigor do regime militar. O ato representa um marco referencial histórico na luta contra a discriminação racial no país.

Enegrecer o feminismo

A dupla militância nos movimentos negro e feminista, como forma de sensibilizar ambos os campos a respeito do sexismo e racismo como elementos estruturantes, é característica da organização independente de mulheres negras no Brasil. Nomes como Lélia Gonzales, Sueli Carneiro e Luíza Bairros, já referidos nesta cartilha, despontaram então como expoentes de um forte corpo intelectual do feminismo brasileiro, visando enegrecê-lo

para contemplar a realidade das mulheres brasileiras, negras em maioria. Hoje dão continuidade a este trabalho feministas como Djamila Ribeiro e Winnie Bueno, reconhecidos internacionalmente pelo contínuo de rompimento de silenciamentos sistemáticos e pelo aprimoramento e amplificação do alcance de vozes feministas negras do país.

Sugestão de atividade

Finalizar este Módulo com a apresentação do vídeo *O silenciamento é uma arma contra as pessoas negras*, de Winnie Bueno no TEDxLaçador 2019.

Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=prV5qjX6UBU>

No **Módulo 1: Históricos e histórias** percorremos alguns marcos, ideias e movimentos de mulheres e negros no Brasil, EUA e Europa em mais de uma cronologia, encontrando ferramentas conceituais e teóricas e observando racismo nos feminismos. A partir de agora abordaremos temáticas específicas em perspectiva feminista antirracista – e, neste segundo módulo, o tópico é trabalho.

Roteiro para confecção da aula

Seção 3

- **Tempo sugerido:** 4h ao todo
 - **Tipo de atividade:** expositiva, discussão em grupo
 - **Espaço/formação da sala:** dispor cursistas em meio-círculo
 - **Materiais sugeridos:** quadro para anotações pertinentes às discussões em grupo
- Abordagem do conteúdo:** este é um módulo expositivo e de discussão, cujos objetivos são constatar a desvalorização do trabalho dito reprodutivo, bem como diferenças laborais entre mulheres.

Informações e conteúdo para confecção de aulas

O conceito de trabalho é geralmente entendido como sendo sobre atividades humanas que visam produzir formas de subsistência; para refletir sobre o tema, é necessário

colocá-lo em perspectiva social, e o **Módulo 2: Trabalho** nos convida a avaliar nossas próprias condições de trabalho de forma interseccional.

Sugestão de atividade

Recomendamos que significados e conceituações engendrados pelas perguntas abaixo em discussão sejam anotados de forma visível para participantes:

- O que é e o que não é trabalho, e por que?
- Trabalho doméstico é trabalho?

Notas:

- *Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT)¹ de 2017 revelam que o Brasil emprega cerca de 7 milhões de pessoas no setor de trabalho doméstico, o maior índice no mundo;*
- *O perfil das trabalhadoras domésticas brasileiras é predominantemente composto de mulheres negras;*
- *Há consenso entre historiadoras de que o Brasil do Século XXI herdou profundas desigualdades não resolvidas de nosso passado colonial, imperial e escravista, e que isso influencia o quadro contemporâneo do trabalho doméstico de baixa remuneração e, até recentemente, poucos direitos;*
- *A Lei Complementar nº 150 de 2015 regulamentou alterações previstas pela Emenda Constitucional nº 72, expandindo direitos confirmados na Constituição Federal de 1988 a empregadas/os domésticas/os – por exemplo: salário mínimo nacional, tempo máximo de jornada de trabalho, férias, licença-maternidade e 13º, dentre outros até então não garantidos por lei para este setor;*
- *Nosso curso e cartilha não homenageiam Laudelina de Campos Melo por acaso: ela foi pioneira nas lutas pelo fim da precariedade do trabalho doméstico, e sua atuação foi fundamental para a categoria conquistar Carteira de Trabalho e Previdência Social.*

Breves considerações da Sociologia do Trabalho

Trabalho é o conceito que engloba atividades sobre as quais empregamos nossa força para produzir meios para nosso sustento, segundo Karl Marx – para quem, na sociedade capitalista, resta ao trabalhador (quem não dispõe dos meios de produção) vender o que tem: sua força de trabalho

em troca de salário. Já em 1884 em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* Friedrich Engels categoricamente afirma que se propriedade é o poder de dispor da força de trabalho alheia, a divisão sexual do trabalho e a propriedade privada são expressões idênticas.

Trabalho produtivo é aquele que modifica o valor de uso de produtos ou serviços, gerando riqueza material e não material à sociedade. *Trabalho reprodutivo* é aquele necessário para a reprodução humana, não restrito à procriação e extensivo a todas atividades relacionadas ao cuidado. O *trabalho reprodutivo*, doméstico ou não (por exemplo, em hospitais, creches, refeitórios) é histórica e sistematicamente realizado por mulheres, e independentemente

de oscilações e métricas referentes a mulheres e mercado de trabalho, ainda hoje o trabalho reprodutivo, sobretudo tarefas domésticas, continua sendo menos feito por homens: em 2018 o IBGE revelou que brasileiras dedicam 21,3h por semana, contra 10,9h dos brasileiros, a afazeres domésticos². Contudo, raça chacoalha a noção de que esta divisão de trabalho se desdobra tendo apenas gênero como eixo organizador.

Sugestão de atividade

Em *Mulheres, raça e classe* Angela Davis enfatiza que o sistema escravista definiu o povo negro como propriedade; mulheres eram vistas, não menos que homens, como unidades de trabalho, e conveniência governava a postura dos proprietários: quando lucrativo explorar escravas como homens, eram consideradas sem gênero; quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas como mulheres, eram atreladas a papéis femininos³. A partir desta reflexão, debater diferenças, nas lutas feministas por direitos:

- na esfera do trabalho como possibilidade de libertação financeira X trabalho como contexto a ser aprimorado ou do qual se libertar nos impactos da dupla e/ou tripla jornadas de trabalho para mulheres que
- podem contratar empregadas domésticas X para próprias empregadas domésticas
- na “síndrome da impostora” – como a inserção das mulheres no mercado de trabalho se organiza a partir da divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo?

Para quem e além de articulações feministas e antirracistas por direitos nas questões referentes a trabalho, há também que se considerar fenômenos sociais que impactam nossa saúde, física e mental. Apesar de não ser uma síndrome propriamente dita – ou seja, a manifestação clínica de uma *doença* a partir de um conjunto de sinais e sintomas

– ao falarmos de gênero, raça e trabalho, frequentemente invocamos a **síndrome do/a impostor/a**. Trata-se de um fenômeno psíquico informado por normas sociais, que fazem com que sujeitos plenamente capacitados para exercer funções específicas sofram de uma sensação de inferioridade, subestimando as próprias habilidades.

Sugestão de atividade

Finalizar o módulo debatendo as formas sistemáticas com que **(i)** narrativas machistas e racistas se repetem [ex.: na produção de histórias (novelas, filmes, livros), de notícias (jornais, revistas, internet) e de estereótipos sociais (como por exemplo, a ideia de que há “profissões de homem e profissões de mulher” ou o que significa dizer que algo é “coisa de preto”)]; e **(ii)** silencia-se críticas sociais ao machismo e ao racismo; e como esses fatores contribuem para que, individualmente, sujeitos desenvolvam a “síndrome do/a impostor/a”.

No **Módulo 2: Trabalho** constatamos a desvalorização do trabalho dito *reprodutivo* bem como diferenças laborais *entre mulheres*, e além de direitos articulamos também alguns dos impactos individuais das opressões sociais que têm como eixo gênero e raça. Seguimos abordando temáticas específicas em perspectiva feminista antirracista – e, neste terceiro módulo, o tópico é *corpo*.

Roteiro para confecção da aula

Seção 4

- **Tempo sugerido:** 4h ao todo
- **Tipo de atividade:** lúdica/artística, com engajamento corporal para além de discussão em grupo
- **Espaço/formação da sala:** deve haver espaço suficiente para desenhar e colar, e recomenda-se emprego entusiasmado dos sentidos durante a atividade artística (música, comidinhas e bebidas não alcoólicas são bem vindas)
- **Materiais sugeridos:** papel pardo, canetinhas e lápis de cor, tesoura e cola, revistas para colagem
- **Abordagem do conteúdo:** módulo em que o engajamento do próprio corpo visa fazer com que participantes constatem a existência de padrões e controle sociais que se dão pela via da corporalidade

Informações e conteúdo para confecção de aulas

O corpo é natural e cultural. Recipiente e produtor de sentido e discurso. Há corpos entendidos como desejáveis e indesejáveis, como produtivos ou improdutivos, como padrão e ideal. O **Módulo 3: Corpo** nos convida a avaliar gênero e raça como sendo, também, linguagens que se inscrevem em corpos, afetando-os em diversas dimensões de poder. No campo da saúde sexual e reprodutiva questões que se dão em corpos, como maternidade, contracepção e aborto, engendram a necessidade por políticas públicas. Nos campos do desejo, do casamento e do trabalho

sexual se atravessam corpos, moral e religião. Como vimos no *Módulo 2: Trabalho*, é no corpo que se exerce controle laboral. Corpos são sujeitos a controle, e os objetivos deste módulo são, portanto, situá-los como categoria analítica central do conhecimento, e avaliar em análise interseccional relações sociais de poder onde gênero e raça atuam como marcadores de experiências de privilégio e opressão.

Sugestão de atividade

Dividindo participantes em grupos, cada grupo desenha um corpo feminino padrão usando os materiais disponíveis (papel, canetinha, revista, tesoura, cola, etc.). Ao mesmo tempo em que desenha o corpo, o grupo cria para ele também uma narrativa de subjetivação feminina padrão, contendo nome, idade, raça, orientação sexual, informações sobre família e relacionamentos, quais atividades realiza por trabalho e lazer, escolaridade, planos e projetos, gostos, dúvidas e medos. Ao final, cursistas compartilham seus desenhos e narrativas umas com as outras. Os objetivos desta atividade são:

- perceber como a ideia da criação de um “corpo padrão” revela decisões bastante específicas quanto à forma deste corpo (em geral os desenhos e histórias se parecem)
- solidificar raça e gênero como chave para compreensão do corpo como recipiente e produtor de sentido e discurso
refletir sobre o papel do corpo nas relações de poder – o que constitui um padrão, e como isso cria narrativas de controle?

No **Módulo 1: Históricos e histórias** conhecemos melhor o conceito de *Imagens de Controle*, conforme explicado pela própria autora do termo, Patricia Hill Collins, em

*Pensamento Feminista Negro*¹. Para Winnie Bueno, co-autora do curso que origina esta cartilha e estudiosa do pensamento de Hill Collins:

***O conceito de “imagens de controle” é uma ferramenta de análise da teoria crítica social, elaborado por Patricia Hill Collins e que pode ser usado para pensar várias experiências de subordinação – desde que com rigor metodológico*². (Winnie Bueno, 2019)**

Nota: O *feminino padrão* fala de ideais de feminilidade que não exatamente representam o que há de bom ou ruim ou certo ou errado, nem na feminilidade nem nas mulheres, mas do que é considerado ideal para a manutenção de um status quo patriarcal. Lembrar dos ideários de feminilidade abordados na Seção 2 Módulo 1: Históricos e Histórias

Hill Collins adverte que padrões se constroem a partir de pressupostos hegemônicos, e que quanto mais próximo um sujeito está do ideal, mais favoravelmente será julgado socialmente – fator importante sobretudo ao levar em consideração a insistência de Bueno em ressaltar que *Imagens de Controle* não são simplesmente estereótipos de mulheres negras, mas sim, e “antes de mais nada uma forma de articular roteiros sociais a partir dos quais a sociedade irá visualizar e tratar mulheres negras”³. Das *Imagens de Controle* articuladas por Hill Collins vamos conferir atenção especial à da empregada doméstica “leal aos seus empregadores que dedica sua vida ao emprego e a fornecer cuidado e conforto para os brancos”⁴, ideário tão

marcadamente presente no contexto brasileiro. Em entrevistas profundas que figuram em sua dissertação *O Trabalho da Babá: trajetórias corporais entre o afeto, o objeto e o abjeto*³, Nanah Sanches Vieira analisa o cotidiano de trabalhadoras domésticas no Brasil contemporâneo com enfoque na prática laboral de babás. Em sua pesquisa o corpo da babá é abordado como categoria central de reflexão sobre relações sociais onde raça e gênero estão interseccionadas. A compreensão das representações e práticas referentes à babá, em sua análise, se dão por meio de subclassificações de seus corpos entre afeto (carinho, cuidado), objeto (atividade laboral) e abjeto (dominante x dominado).

No **Módulo 3: Corpo** situamos corpos como sendo categoria central de nossa análise interseccional de relações sociais de poder, e ressaltamos a existência da criação de imaginários sociais, a partir do conceito de *Imagens de Controle*, consolidando gênero e raça como marcadores fundamentais de experiências de privilégio e opressão. Seguimos abordando temáticas específicas em perspectiva feminista antirracista – e, neste quarto módulo, o tópico é *masculinidades*.

Sugestão de atividade

Na atividade anterior vimos que o padrão de representação feminina é a mulher cis branca e heterossexual. Em discussão em grupo, questionar:

- quais corpos frequentemente preenchem o imaginário social das representações de empregadas domésticas?
- quais representações frequentemente preenchem o imaginário social para mulheres negras?
- de que formas reflexões feministas e antirracistas centralizadas no corpo podem se beneficiar do questionamento de *Imagens de Controle*?

Roteiro para confecção da aula

Seção 5

- **Tempo sugerido:** 4h ao todo
- **Tipo de atividade:** expositiva, discussão em grupo
- **Espaço/formação da sala:** tradicional
- **Materiais sugeridos:** quadro para anotações pertinentes às discussões em grupo
- **Abordagem do conteúdo:** este é um módulo expositivo e de discussão, cujos objetivos são constatar que o masculino e o feminino não são essência, e sim sistemas simbólicos atravessados por relações patriarcais de poder, subsequentemente compreendendo gênero como sistema sociopolítico tanto relacional como resultante de dominação masculina.

Informações e conteúdo para confecção de aulas

O conceito de *masculinidade hegemônica* faz parte da *teoria da ordem de gênero* da cientista social australiana Raewyn Connell¹. Embora reconheça a existência de múltiplas masculinidades que variam ao longo dos tempos, contextos e sujeitos, o conceito sustenta que hegemônicas são as configurações de linguagens e práticas masculinas que legitimam, justificam ou naturalizam a posição dominante de alguns homens sobre outros, e de todos os homens sobre

as mulheres. Toma emprestado o adjetivo hegemônica da conceituação do filósofo marxista e político italiano Antonio Gramsci, para quem hegemonia resulta de dinâmicas sociais de domínio ideológico de um grupo sobre outro. O **Módulo 4: Masculinidades** nos convida a avaliar gênero como sendo um sistema relacional montado sobre lógicas de dominação masculina.

Sugestão de atividade

Discussão em grupo a partir dos questionamentos a seguir:

- É possível ou desejável transformar ou aniquilar o feminino? E o masculino?
- Como discernir exatamente entre um e outro? Quais critérios os colocam em oposição?

Se não se nasce mulher, mas torna-se, o que constitui uma mulher? E o que constitui um homem? Pontos de interesse acerca destas indagações são o masculino e o feminino, aqui enquadrados como sistemas simbólicos – linguagens, por assim dizer, que se inscrevem na cultura, e em corpos. Connell formulou a *feminilidade enfatizada* em relação à *masculinidade*

hegemônica em reconhecimento de que certos ideários do feminino são fundamentalmente patriarcais e enfatizam lógicas da subordinação das mulheres pelos homens. A *masculinidade subordinada* também existe em relação de subordinação à hegemônica, que historicamente não falha em ser branca e cisgênero e se apresentar como heterossexual.

Sugestão de atividade

Discussão em grupo;

- Do que, hoje, são constituídas as configurações de linguagens e práticas masculinas que legitimam, justificam ou naturalizam a posição dominante de alguns homens sobre outros, e de todos os homens sobre as mulheres?
- Masculinidades negras, gays e trans constituem o que Connell chama de masculinidade hegemônica? Quais masculinidades escapam do conceito?

O masculino e o feminino não são essências, mas produções culturais, e é de interesse de um feminismo antirracista que eles sejam avaliados, questionados, dessacralizados e desnaturalizados para que possam ser repensados, reconfigurados, desfeitos e refeitos, visto que historicamente esta divisão rigidamente binária operou em benefício da ordem patriarcal de gênero.

Sugestão de atividade

Discussão em grupo

- O que acontece quando feminilidades ou masculinidades são deslocadas de corpos onde estão naturalizadas suas inscrições – em outras palavras, o que significa ser um homem feminino ou o que define uma mulher masculina?
- Aparentes deslocamentos como estes revelam rupturas nas normas e códigos de gênero, ou os reforçam?
- Quem pode ou não se utilizar dos códigos de gênero, e por que?
- Se o patriarcado é também constituído e marcado por raça e classe, há privilégios para mulheres brancas, cisgênero e heterossexuais dentro do sistema relacional de opressão e subordinação chamado gênero?

No **Módulo 4: Masculinidades** constatamos que o masculino e o feminino não são essência, e sim sistemas simbólicos atravessados por relações patriarcais de poder, e compreendemos gênero como sistema sociopolítico relacional e resultante de dominação masculina. Neste módulo, nosso último, a temática abordada em perspectiva feminista antirracista é *saúde*.

Roteiro para confecção da aula

Seção 6

- **Tempo sugerido:** 4h ao todo
- **Tipo de atividade:** discussão em grupo
- **Espaço/formação da sala:** participantes em círculo para roda de conversa
- **Materiais sugeridos:** espaço para anotações pertinentes às discussões em grupo
- **Abordagem do conteúdo:** este é um módulo dialógico cujo objetivo é articular em nível básico perspectivas feministas e antirracistas de questões de saúde pública, com enfoque em direitos sexuais e reprodutivos.

Informações e conteúdo para confecção de aulas

A concepção da noção de saúde integral para mulheres no Brasil se deu no contexto de explosão demográfica do início da década de 1980. Pautando-se centralmente na questão de controle de natalidade, o modelo de atenção materno-infantil vai sendo paulatinamente substituído por um modelo de saúde reprodutiva que se oriente a partir do planejamento familiar – ao menos em teoria, mas a verdade é que questões de saúde pública relacionadas a direitos sexuais e reprodutivos são formuladas a partir da prerrogativa de que este é um lugar a ser ocupado por mulheres. A

pesquisadora Suely Gomes Costa em sua pesquisa¹ sobre proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva no País, salienta que aqui prevalece o entendimento de que o controle democrático da concepção – ou ainda, a regulação da concepção – seja próprio das mulheres, formulação sexista que faz com que programas de saúde sexual sejam organizados quase que completamente pelo binômio mãe-filho e o ciclo gravídico-puerperal. O princípio norteador da noção de saúde sexual e reprodutiva, para todas as pessoas, é o direito individual de decidir livre e responsavelmente

sobre ter ou não ter filhos, quando e como tê-los. Este princípio é reconhecido como direito inscrito em legislação na maioria dos países do mundo. Para a Organização Mundial de Saúde (OMS) saúde sexual e reprodutiva também diz respeito à condição de bem-estar físico, mental e social relacionada com o sistema reprodutor, perspectiva que obteve

respaldo institucional internacional nas Conferências Mundiais sobre População e Desenvolvimento (1994) e Conferências Mundiais para o Desenvolvimento Social (1995) das Nações Unidas – que promovem, também, que pessoas desfrutem de vida sexual satisfatória e segura.

Sugestão de atividade

Em pares ou em grande grupo, aplicar o questionário abaixo para debate; o objetivo do exercício é situar e compartilhar entendimentos sobre questões relacionadas a aborto:

1. Você é contra ou a favor do aborto?
2. Você é contra ou a favor da descriminalização e legalização do aborto?
3. Deveria existir um limite de número de procedimentos por mulher?
4. Deveria existir uma idade mínima para a realização do procedimento?
5. Deve haver um limite máximo de tempo para a realização do procedimento?
6. Na sua opinião, de quem deve ser a decisão de realizar um aborto?
7. Na sua opinião, as instituições de ensino e família transmitem educação sexual de forma segura e clara para prevenção de gravidez?
8. Na sua opinião, sendo que o SUS é o órgão competente para a realização de procedimentos médicos assistidos pelo Estado, deveria realizar abortos?

A distinção entre aborto seguro e inseguro, legal e proibido por lei são importantes pelas diferentes implicações à saúde das mulheres, sobretudo do ponto de vista da gestão da saúde pública. No Brasil, o ato de provocar aborto é considerado

crime, exceto em duas circunstâncias: quando não há outro meio para salvar a vida da mulher ou é resultado de estupro.

O aborto envolve questões éticas, e abordagens sobre o assunto tendem a ser pesadamente influenciadas por demandas morais, religiosas e patriarcais. São estas demandas o que dificulta a compreensão do tema como sendo primordialmente pertencente à seara dos direitos sexuais e reprodutivos e saúde integral das mulheres. A prática do abortamento não se faz necessária por causa de coisas como caráter, classe social ou idade, e mulheres jovens, maduras, mulheres religiosas ou não abortam, ainda que aborto

não seja um benefício ou evento que se deseje ou planeje alcançar. A criminalização representa um grave problema de saúde pública, visto que ocorrem mais de um milhão de abortamentos por ano no Brasil e esta é uma das principais causas de morte materna no País. Não é simples realizar o procedimento, nem em casos previstos por lei: pesquisa do Anis – Instituto de Bioética mostra que existem 37 serviços; em 7 estados não há serviço em atividade; em 4 estados há serviços fora das capitais.²

Anotações

Notas:

Artigos sobre aborto no Código Penal brasileiro:

124: tipifica o crime de aborto – provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lhe provoque; pena: detenção, de um a três anos;

126: aplicação da lei para quem faz o procedimento – provocar aborto com o consentimento da gestante; pena: reclusão, de um a quatro anos;

128: abortos não-puníveis, desde que praticados por médicos:

128-1: quando a gravidez impõe risco à saúde da mãe;

128-2: quando a gravidez é consequência de estupro (requer comprovação do estupro, bem como consentimento da gestante ou, quando incapaz, menor ou não, de seu representante legal)

A **ADPF 54** (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº. 54) garante no Brasil a interrupção terapêutica da gestação de feto anencéfalo – em outras palavras, em casos de anencefalia o procedimento não é considerado crime nem chamado de aborto

Mais informações sobre aborto podem ser encontradas nas seguintes páginas:

- Women Help: <https://womenhelp.org/>
- FAQ de Aborto do Think Olga: <http://thinkolga.com/2016/09/27/faq-sobre-o-aborto-tudo-que-voce-deveria-saber-respeito/>
- ZINE Útero Livre: https://issuu.com/zineuterolivre/docs/n_1-julho_2017_vers_o_reeditada

Referências

Introdução

1. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. Cinzia Arruzza, Heci Regina Candiani e Nancy Fraser. Boitempo, 2019.
2. *Mulheres, raça e classe*. Angela Davis. Boitempo, 2016.
3. *Citações extraídas de A feminist dictionary*. Cheris Kramarae e Paula A. Treichler. Pandora, 1985.
4. *Educação como prática da liberdade*. Paulo Freire. Paz e Terra, 1967.
5. *Por uma Pedagogia da Pergunta*. Paulo Freire, Antonio Faundez. Paz e Terra, 1985.

Aula Introdutória

1. Do site www.acordacultura.org.br, sessão Heróis de Todo Mundo, disponível em <<http://antigo.acordacultura.org.br/herois/heroil/laudelina>>
2. *Peles Negras, Máscaras Brancas*. Frantz Fanon. Pluto Press, 1967.
3. *O segundo sexo*. Simone de Beauvoir. Difusão Européia do Livro, 1970.
4. *Simone de Beauvoir em Beijing* 1 de outubro de 1955, praça Tiananmen. Liu Dong'ao, Wikimedia Commons, disponível em <<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=77978532>>
5. Citação extraída de *A feminist dictionary*. Cheris Kramarae e Paula A. Treichler. Pandora, 1985.
6. *Feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. bell hooks. Rosa dos Tempos, 2018.
7. *O contrato sexual*. Carole Pateman. Paz e Terra, 1993.
8. *Em meio à crise o patriarcado contra-ataca*. Joanna Burigo. Carta Capital, 2016. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/opinioao/em-meio-a-crise-o-patriarcado-contra-ataca/>>
9. *Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra*. Donna Haraway. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n22/n22a09.pdf>> (2004).
10. *Adaptado da sistematização feita por Brasil Escola*, disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/sexualidade/cisgenero-transgenero.htm>>
11. *Kimberlé Williams Crenshaw por Mohamed Badarne*, Wikimedia Commons, disponível em <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Kimberl%C3%A9_Williams_Crenshaw#/media/Ficheiro:Kimberl%C3%A9_Crenshaw_\(40901215153\).jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Kimberl%C3%A9_Williams_Crenshaw#/media/Ficheiro:Kimberl%C3%A9_Crenshaw_(40901215153).jpg)>
12. *Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. Sueli Carneiro. Geledes, 2011. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>>

Módulo 1: Histórico e Histórias

1. Extraído de *Um olhar além das fronteiras – educação e relações raciais*. Organização de Nilma Lino Gomes. Editora Autêntica, 2007.
2. *Teorizando sobre gênero e relações raciais*. Sandra Azerêdo. CBFQ, 2014. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16103/14647>>
3. *Esperança Garcia*. Do site observatorio3setor.org.br. Disponível em <<https://observatorio3setor.org.br/noticias/escrava-ela-buscou-justica-e-tornou-se-a-primeira-advogada-do-piaui/attachment/esperanca-garcia/>>
4. *Mary Wollstonecraft*. Por John Opie, c. 1797. Domínio público. Disponível em <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Mary_Wollstonecraft#/media/Ficheiro:Mary_Wollstonecraft_by_John_Opie_\(c._1797\).jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Mary_Wollstonecraft#/media/Ficheiro:Mary_Wollstonecraft_by_John_Opie_(c._1797).jpg)>
5. *Early Feminist Theory and the Querelle des Femmes*, 1400-1789. Joan Kelly. The University of Chicago Press, 1982. Disponível em <<https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/493940>>.
6. *Nisia Floresta*. Acervo da Biblioteca Nacional. Domínio público. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/N%C3%A9sia_Floresta_\(escritora\)#/media/Ficheiro:Nisia_floresta.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/N%C3%A9sia_Floresta_(escritora)#/media/Ficheiro:Nisia_floresta.jpg)
7. *Maria Firmina dos Reis*. IEA. Disponível em: <https://jornal.usp.br/cultura/professora-da-usp-participa-de-nova-edicao-de-ursula/>
8. *Irmandades religiosas no Brasil: luta e resistência negra*. Luciane Reis. Correio Nagô, 2011. Disponível em <<http://correionago.ning.com/profiles/blogs/irmandades-religiosas-no-1>>
9. *A necessidade da construção de um novo paradigma sobre a laicidade do Estado brasileiro para a eliminação da intolerância religiosa experienciada pelas tradições religiosas de matriz africana*. Winnie Bueno, 2016. Disponível em: <<https://medium.com/@winniebueno/a-necessidade-da-constru%C3%A7%C3%A3o-de-um-novo-paradigma-sobre-a-laicidade-do-estado-brasileiro-para-a-93e386102fb>>

10. *Nancy Hartstock*. Disponível em <<https://alchetron.com/Nancy-Hartsock>>
11. *Barbara Smith*. Disponível em <<http://feministfreedomwarriors.org/watchvideo.php?firstname=Barbara&lastname=Smith>>
12. *Sojourner Truth: A life, a symbol*. Nell Irving Painter. Mississippi State University, Libraries, 1996.
13. *Com informações do Sojourner Truth Project*. Disponível em <<https://www.thesojournertruthproject.com/>>
14. Tradução conforme aparece em arrigo do Jornal Migalhas publicado aos 29 de julho de 2019. Disponível em <<https://www.migalhas.com.br/coluna/migalaw-english/307474/direitos-das-mulheres-os-discursos-de-sojourner-truth-em-traducao>>
15. Angela Davis ao vivo - "Atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo". TVE Bahia, YouTube, Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=2vYZ4JtD0&feature=emb_logo>.
16. Página de Facebook do Instituto Vladimir Herzog. Disponível em <<https://www.facebook.com/institutovladimirherzog/posts/952379101494018/>>
17. *Onde estavam as mulheres negras na ditadura militar?* Niara Oliveira. Portal Geledés, 2015. Disponível em <https://www.geledes.org.br/onde-estavam-as-mulheres-negras-na-ditadura-militar/?gclid=Cj0KCQiAnL7yBRD3ARIsAlp_oLYShW4tpM0BEoPsDKe-udFKibgGYAiOtRakvoEok0HAuANm8jnZ41YaAlddEALw_wcB>
18. *O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes*. Nilma Lino Gomes. Política e Sociedade, v. 10, n. 18, 2011.
19. *Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos*. Petrônio Domingues. Revista Tempo, v. 12, n. 23, 2007.
20. *A Redenção de Cam*. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra3281/a-redencao-de-cam>>.
21. OLIVEIRA, Laiana Lannes. A Frente Negra Brasileira: política e questão racial nos anos 1930. 2002.

Módulo 2 – Trabalho

1. *Fatos e números de trabalho doméstico no Brasil e no Mundo*. OIT (Organização Internacional do Trabalho). 2017. Disponível em <<https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-domestico/lang-pt/index.htm>>
2. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: características adicionais do mercado de trabalho: 2018; PNAD contínua: características adicionais do mercado de trabalho: 2018*. Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa (IBGE). Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101694>>
3. *Mulheres, raça e classe*. Angela Davis. Boitempo, 2016.

Módulo 3 – Corpo

1. *Pensamento Feminista Negro*. Patricia Hill Collins. Boitempo, 2019. Elaboração do conceito feita por Winnie Bueno em conversa privada com Joanna Burigo e Rosana Pinheiro-Machado como áudio de WhatsApp em 07/11/2019, autorizada para publicação nesta cartilha pela autora.
2. *A Lacradora: Como imagens de controle interferem na presença de mulheres negras na esfera pública*. Winnie Bueno. Medium, 2019. Disponível em: <<https://medium.com/neworder/a-lacradora-como-imagens-de-controle-interferem-na-presen%C3%A7a-de-mulheres-negras-na-esfera-p%C3%BAblica-cb26f5edbb59>>
3. Idem
4. *O trabalho da babá: trajetórias corporais entre o afeto, o objeto e o abjeto*. VIEIRA, Nanah Sanches Vieira.
5. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade de Brasília.

Módulo 4 – Masculinidade

1. *Masculinities*. R.W. Connell. 1995 (2005). Cambridge, UK: Polity Press.

Módulo 5 – Saúde

1. *Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva*. Suely Gomes Costa.
2. *Revista Estudos Feministas*, 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2002000200003&script=sci_abstract&tling=pt>
3. *Serviços de Aborto Legal no Brasil — um estudo nacional*. Anís — Instituto de Bioética. 2015. Disponível em <<https://anis.org.br/projetos/censo-dos-servicos-de-aborto-legal-no-brasil/>>



Cartilha **Laudelina de Campos Melo**

emancipa
+ MULHER


emancipa

DEPUTADA
**LUCIANA
GENRO**

 **Assembleia
Legislativa**
Cidade do Meu Grande Sonho